



O Primeiro-Ministro inteirou-se, no próprio dia do sinistro, das dimensões da tragédia que se abateu sobre o Chiado

Governo cria Fundo para reconstruir Chiado

O Conselho de Ministros decidiu criar um fundo especial, a que será afectada uma verba de cinco milhões de contos, para ajudar as empresas, proprietários de edifícios e habitantes da zona do Chiado afectados pelo incêndio que destruiu parte daquela zona de Lisboa.

O plenário ministerial decidiu, por outro lado, que os trabalhadores afectados vão ter uma compensação equivalente a 80 por cento do seu salário líquido.

Ao fundo agora criado poderão ser acrescentadas dívidas nacionais ou estrangeiras, conforme foi decidido em revisão do Conselho de Ministros do passado dia 1, cujo comunicado a seguir se transcreve.

Volvidos oito dias sobre o violento incêndio que afectou a Baixa Lisboeta, o Governo não pode deixar de reafirmar o seu profundo reconhecimento a todas as pessoas e entidades que colaboraram sem olhar a esforços e com a maior abnegação, no ataque ao

calamitoso incêndio que atingiu Lisboa no passado dia 25 de Agosto.

Destacando, pelo seu inestimável valor, espírito de abnegação, rapidez e prontidão demonstrada na intervenção, as diversas Corporações de Bombeiros

envolvidos na eficaz e corajosa acção de combate ao fogo, o Conselho de Ministros decide testemunhar-lhes a sua homenagem, louvor e público reconhecimento.

O Conselho de Ministros expressa, igualmente, o seu reconhecimento pela acção desenvolvida pelas forças de segurança, durante e após o sinistro, exprimindo, ainda, um público agradecimento a todas as entidades, nacionais e estrangeiras, que generosa e desinteressadamente manifestaram a sua disponibilidade e solidariedade.

Tendo em atenção a dimensão e consequências da tragédia, o Conselho de

Ministros, na sequência das orientações anteriormente definidas, tomou de imediato algumas decisões de impavida importância.

Assim, o Conselho de Ministros deliberou a criação, a título excepcional, de um «Fundo Extraordinário para Ajuda à Reconstrução do Chiado».

Este Fundo será uma entidade dotada de autonomia administrativa e financeira e funcionará junto do Banco de Portugal, instituição que lhe assegurará todo o apoio operacional e suportará os respectivos custos de funcionamento.

Tal Fundo destina-se a

Continua na página 2

Carlos Encarnação na ONU

Portugal exige autodeterminação do povo de Timor-Leste

O deputado social-democrata Carlos Encarnação afirmou, nas Nações Unidas, que a questão de Timor-Leste «é cada vez mais incómoda para o concerto das nações e que não pode ser ignorada, sob pena de uma negação fundamental dos mais elementares princípios de convivência internacional».

Segundo Carlos Encarna-

ção, enquanto não for encontrada a solução que conduza à auto-determinação do povo de Timor-Leste, este território continuará sob ocupação, a população manter-se-á amordaçada e o Direito Internacional permanecerá ofendido.

A seguir transcrevemos, na íntegra, a intervenção do deputado Carlos Encarnação nas Nações Unidas.

«Se tem sido possível, durante todo este tempo, evitar uma solução adequada para a questão de Timor-Leste, não é certamente admissível argumentar a favor do fundamento da posição da Indonésia à luz dos princípios do direito internacional.

Timor continua incluído na lista dos territórios sem governo próprio aprovada pela

Assembleia Geral da ONU em 1960.

A este território permanece inteiramente aplicável o Capítulo XI da Carta das Nações Unidas.

Portugal é ainda, por força das circunstâncias, a potência administrante.

Neste entendimento, o respeito pelas resoluções 1514 (XV) e 1541 (XV) exige o cum-

primento do direito à autodeterminação do povo de Timor-Leste.

A invasão deste território por parte da Indonésia constitui gravíssima violação dos princípios fundamentais do Direito Internacional e a manutenção de uma tal situação ofende a Carta das Nações

Continua na página 9

SUMÁRIO

Governo decide reestruturação da vinha

(Pág. 3)

Salários em atraso reduzidos para metade

(Pág. 11)

França apoia miniplano Marshall para Angola

(Pág. 12)

No distrito da Guarda

PSD vence eleições intercalares

O P.S.D. venceu as eleições intercalares, realizadas, dia 4 de Setembro, nas freguesias de S. Pedro (freguesia-mãe) e Casas do Soeiro (nova freguesia), no concelho de Celorico da Beira (Guarda).

Freg. de S. Pedro (após desmembramento)

Inscritos — 1041
Votantes — 367 (35,25)
Branco — 8 (2,18)
Nulos — 1 (0,27)
P.S.D. — 285 (77,66)
C.D.U. — 73 (19,89)

Freg. de Casas do Soeiro (nova freguesia)

Inscritos — 291
Votantes — 206 (70,79)
Branco — 2 (0,97)
Nulos — 4 (1,94)
P.S.D. — 106 (51,46)
G.R. CID. IND — 94 (45,63)

Entrevista com Silva Marques

Novo regimento da AR garante mais eficácia

No começo da próxima sessão legislativa, a 15 de Outubro, entra em vigor o novo Regimento da Assembleia da República, aprovado no passado mês de Julho. O deputado social-democrata Silva Marques, na entrevista concedida ao POVO LIVRE que publicamos na página 4, considera que as novas normas vão conferir mais dignidade ao Parlamento e, ao mesmo tempo, mais eficácia e transparência.

Por força do novo Regimento, o Presidente da Assembleia da República vai ser eleito para o resto da Legislatura, ou seja, os próximos três anos. Silva Marques considera muito importante esta disposição que dignifica o lugar, que é o segundo na Hierarquia do Estado, lhe confere estabilidade e permite maior eficácia.

Continua na página 4



Governo atento ao incêndio do Chiado

Esforço financeiro e solidariedade para com os trabalhadores atingidos

Continuação da 1.ª página

prestar bonificações de juro e garantias em linhas de crédito especiais que passarão a estar disponíveis no sistema bancário para os habitantes da zona sinistrada de Lisboa, os proprietários dos edifícios e as empresas, bem como quaisquer entidades públicas que tenham responsabilidade na reconstrução do Chiado.

As linhas de crédito apoiadas pelo Fundo poderão financiar o investimento predial para recuperação dos edifícios. Poderão financiar, também, a reconstrução de stoks, o reequipamento dos estabelecimentos e a reintegração do fundo de maneio das empresas da zona.

Deliberou ainda o Conselho de Ministros dotar, a partida, o Fundo com cinco milhões de contos.

Neste sentido, e tendo em conta a dimensão da dotação e as finalidades em causa considerou o Governo, em consequência, dever apresentar à Assembleia da República uma proposta orçamental.

Para além desta dotação de cinco milhões de contos atribuída pelo Orçamento do Estado, poderá o Fundo receber quaisquer dadas nacionais ou estrangeiras. Tais receitas poderão, por vontade do doador, ser consignadas a fins especiais devidamente identificados, que não as linhas de crédito bonificadas, e serão então objecto de contas próprias individualizadas.

O Conselho de Ministros decidiu, ainda, aprovar um diploma legal que crie uma «Compensação Eventual de Emergência» que vai permitir imediatamente compensar as repercussões gra-

vosas para os trabalhadores que resultaram do sinistro, no que respeita aos seus rendimentos de trabalho.

Esta compensação, de natureza excepcional, traduz-se na atribuição de um montante equivalente a 80% do salário líquido do trabalhador e abrange a gratificação de Natal a que o trabalhador tem direito, quer ainda o subsídio de férias devido a 88 e que eventualmente não tenha sido pago, desde que seja comprovadamente verificada a impossibilidade do seu pagamento pelas entidades patronais.

Trata-se de um grande esforço financeiro por parte do Estado e uma inequívoca forma de solidariedade para com todos os trabalhadores atingidos pelo sinistro.

Esta medida aplicar-se-á de imediato, de uma forma expedita e simples, razão pela qual a partir da próxima 2.ª feira, dia 5 de Setembro, estará em funcionamento no Centro Regional de Segurança Social de Lisboa um gabinete de atendimento que prestará aos interessados todo o apoio e esclarecimento que a situação exige.

Arrendamento rural e emparcelamento agrícola

O Conselho de Ministros aprovou, ainda, as novas leis do arrendamento rural e do emparcelamento agrícola.

Assim, e no tocante ao

primeiro dos diplomas — e do arrendamento rural — visa-se conferir maior estabilidade aos rendeiros, designadamente alargando os prazos mínimos do arrendamento.

Por outro lado, consagram-se neste diploma soluções mais justas, quer na actualização das rendas e nas indemnizações pelas benfeitorias realizadas quer ainda porque se passa a conceder aos rendeiros um direito de preferência na celebração de novos arrendamentos e na aquisição das terras arrendadas.

O diploma consagra, ainda, condições que favorecem a exploração agrícola directa por parte de jovens agricultores.

Quanto ao segundo diploma — o do emparcelamento agrícola — trata-se de criar condições legais que favoreçam a aproximação da dimensão das explorações à dimensão média europeia, assim contribuindo para uma maior rentabilidade da utilização da terra.

Pelo novo regime, o emparcelamento passa a poder ocorrer por iniciativa dos particulares e das autarquias, assumindo uma particular importância no domínio da pequena propriedade ou exploração.

Estudos Empresariais

No âmbito da reforma do ensino superior, com especial incidência na moderna formação em Gestão

e na preparação prioritária de quadros empresariais, foi criada uma Escola de Estudos Empresariais integrada na Universidade do Porto e orientada para a formação de nível pós-graduado, para a investigação e a prestação de serviços no domínio das Ciências Empresariais.

A nova instituição dará início ao primeiro curso de Mestrado em Gestão já em Outubro próximo, sendo a sua criação, instalação e funcionamento, apoiados por uma Associação sem fins lucrativos, constituída por entidades públicas interessadas no objecto da Escola agora instituída.

Trata-se de uma iniciativa de conjugação de vontades entre o Estado e a Sociedade civil, visando a formação de quadros empresariais numa região de forte incremento e desenvolvimento económico.

Ensino

Na área do Ensino, foi ainda aprovado um diploma que alarga o âmbito da Escola Superior de Jornalismo de Lisboa, que passa a designar-se por Escola Superior de Comunicação Social e a ocupar-se da formação dos diversos profissionais ligados às actividades da comunicação social, numa perspectiva ampla, da publicidade e das relações públicas.

O Conselho de Ministros aprovou, também, no domínio da educação, um outro diploma legal que estabeleça a orgânica articu-

lada da Universidade do Algarve e do Instituto Politécnico de Faro, visando uma gestão comum e eficiente de serviços, sem perda da autonomia, da vocação e das características próprias de cada instituição de ensino superior.

Desburocratizar

O Governo, no âmbito da política de desburocratização que vem prosseguindo, aprovou um decreto-lei cometendo à Comissão de Coordenação Regional competências no regime de licenciamento de estabelecimentos industriais, antes exercidas, ao nível central, pela Direcção Geral dos Serviços de Urbanização.

Desconcentrando e aproximando as decisões dos interessados, pretende-se tornar mais célere a actuação da orgânica de ordenamento do território, favorecendo, ao mesmo tempo, a acção de todos quantos pretendam realizar novos investimentos.

O Conselho de Ministros, após uma exposição do Ministro das Finanças, congratulou-se com as conclusões do recente Relatório do Banco Mundial sobre Portugal, no qual essa prestigiada instituição financeira internacional tece considerações altamente positivas e elogiosas acerca da evolução da economia nacional e da realização das grandes referências em termos de desenvolvimento macroeconómico.

Dias Loureiro: recuperar depressa

«Foi uma grande tragédia, que não deixa indiferente um só português.

Para além, das vidas humanas que tragicamente se perderam, do património histórico e dos bens e haveres já irrecuperáveis, tem de restar-nos a vontade de recuperar depressa tudo o que é recuperável: habitação para quem ficou sem ela, postos de trabalho para quem os perdeu e restauro de toda uma zona que é um dos mais famosos 'ex-libris' de Lisboa.

Quero exprimir a solidariedade do Partido Social Democrata a todos aqueles que por qualquer forma foram vítimas deste trágico acontecimento.»

Traça do Chiado vai ser mantida

A secretária de Estado da Cultura, Teresa Gouveia, manifestou-se, logo após o incêndio do Chiado, pela manutenção das referências arquitectónicas, evitando-se, assim, a perda completa do local.

Teresa Gouveia admitiu mesmo que o Instituto Português do Património Cultural «deve pronunciar-se sobre as intervenções a fazer no Chiado, incluindo as próprias demolições».

Kruijs Abecassis, presidente da Câmara de Lisboa, anunciou, posteriormente, que será mantida a traça tradicional exterior do Chiado e que o início das obras de reconstrução está previsto para Junho do próximo ano. Até lá, irá proceder-se à definição do programa de reconstrução e realização do respectivo concurso.

Comunidades ajudam

As Comunidades Portuguesas da África do Sul, Brasil e Canadá, profundamente chocadas com o incêndio que destruiu grande parte da histórica zona do Chiado, estão a organizar uma colecta de fundos e géneros destinados a apoio aos desalojados pela catástrofe.

Segundo o deputado social democrata pelo Círculo de fora da Europa, Luís Gerales, foram já constituídas comissões presididas por Jorge Simmons (Joanesburgo), João Caldas (São Paulo) e Luís Tavares (Toronto). Dentro em breve, as referidas comissões estabelecerão contacto com a Cruz Vermelha Portuguesa e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, para se proceder a uma adequada articulação de este movimento de solidariedade dos portugueses residentes no estrangeiro.

Nelas

MESA DA ASSEMBLEIA DE SECÇÃO

Presidente — Afonso Lopes Loureiro
Vice-Presidente — Jorge Pereira Coelho
Secretário — António Manuel Pinto Morais

COMISSÃO POLÍTICA DE SECÇÃO

Presidente — José Manuel Lopes Almeida
Vice-Presidente — José Lapa Pessoa Paiva
Tesoureiro — Luís Augusto Pinto Ribeiro
Vogais — Vítor Cândido Alves Pereira, Carlos Alberto Pereira Inácio, António Loureiro Lopes, Arnaldo Gomes Loureiro, Artur Rodrigues, Mário Alexandre de Alexandre, José Loureiro e Costa, Hilário Santos Costa, Paulo Jorge Pinto Coelho Santos, João Carlos Rodrigues de Jesus e Altino Lopes Rodrigues

DELEGADOS À ASSEMBLEIA DISTRITAL

Afonso Lopes Loureiro, Hilário Santos Costa, Paulo

— NOVOS ÓRGÃOS LOCAIS

Jorge Pinto Coelho Santos, António Lúcio Pinto, Altino Lopes Rodrigues, Leonildo de Campos Andrade Costa, João Silva e José Lopes Júnior

Paços de Ferreira

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente — Fernando Manuel Torres Matos de Vasconcelos
Vice-Presidente — Arménio Assunção Pereira
Secretário — José Maia Coelho Moreira

COMISSÃO POLÍTICA

Presidente — Maria Rosalina Teixeira Nunes de Oliveira
Vice-Presidente — Luís Fernando Alves Coelho
Tesoureiro — António Magalhães Ferreira
Vogais — António Dias de Meireles, José Fernando Gonçalves Matos, José Fernando Barbosa Machado, António

José Ribeiro Meireles, Tiago de Sousa Babo, Amadeu Alves Ferreira e Joaquim Pinto Veiga Ribeiro. J.S.D. — Rui Manuel Machado Pereira Cardoso Leal e Pedro Alexandre Oliveira Cardoso Pinto.

DELEGADOS À ASSEMBLEIA DISTRITAL

Manuel Eugénio Pinheiro Moreira, José Maria Coelho Coelho, Luís Fernando Alves Coelho, Maria José Machado Pereira e Maria Celina Pedro Torres Fazenda.

Pombal

COMISSÃO POLÍTICA CONCELHIA

Presidente: Anézio Gonçalves Ferreira
Vice-Presidente: António Nascimento Lopes
Tesoureiro: José Landeiro de Carvalho
Vogais: Ercília Domingues Monteiro Pinto Ribeiro da Silva, Mário Júlio Silva Santos, Manuel Lopes Junqueira, Elias da Mota Ferreira Go-

mes, Américo Ferreira, Manuel de Jesus Mota Gonçalves, Eng.º Vítor Manuel Ferreira Gomes e Manuel Carreira Alexandre.

J.S.D.: Paulo Alexandre Batista da Silva, Luís Diogo de Paiva Morão Alves Mateus.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Manuel Simões Rodrigues Marques
Vice-Presidente: Mário dos Santos Gonçalves
Secretário: Maria Gabriela Antunes Pessa Carvalho

Tábua

MESA DO PLENÁRIO

Presidente — António de Oliveira e Costa Júnior; Secretários — José Martins e José Moreira Salvador.

COMISSÃO POLÍTICA

Presidente — Vasco Augusto Rodrigues Figueiredo; Vice-Presidente — Ricardo Osmaro Rodrigues Ferreira; Tesoureiro — João Pessoa; Vogais — João António Paulo Borges de Brito, Armando Lopes Correia, Fernando Tavares Pereira, Henrique Nunes Esteves, António Nunes Esteves e Ramiro Filipe Almeida Pinto.

Resoluções do CM de 25 de Agosto

O Conselho de Ministros do passado dia 25 de Agosto aprovou um Decreto-Lei que consagra uma ampla acção de reestruturação da vinha, por aplicação a Portugal de um regulamento comunitário, envolvendo uma área total de 30 000 hectares a distribuir pelas regiões demarcadas e a demarcar para a produção de vinhos de qualidade e bem assim para vinhas destinadas à produção de uvas de mesa.

Trata-se de uma acção fundamental para o desenvolvimento em Portugal da produção do vinho de qualidade, consistindo essencialmente na replantação ou reexertia das vinhas que carecem de substituir as castas existentes pelas definidas no estatuto de cada região para a produção de vinhos de qualidade.

Crianças

O Conselho de Ministros aprovou um diploma legal que determina a obrigatoriedade de as crianças de idade inferior a 12 anos viajarem no banco da retaguarda dos veículos automóveis.

Pretende-se com a presente medida, que se integra no Plano de Segurança Rodoviária e consagra as recomendações contidas na Resolução n.º 33/75, da Conferência Europeia dos Ministros dos Transportes, intensificar as medidas de segurança rodoviária previstas no programa do Governo.

Engenharia

O Conselho de Ministros aprovou um outro diploma legal que cria as condições indispensáveis à normalização da situação dos Institutos Superiores de Engenharia de Coimbra, Lisboa e Porto, integrando-os na rede do ensino superior politécnico.

Com este diploma põe-se cobro a um longo período de indefinição institucional que afectou negativamente os ISE's, proporcionando assim condições propícias à sua dignificação e valorização material, científica e pedagógica.

JNICT

O Conselho de Ministros aprovou ainda a nova Lei Or-

gânica da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT), organismo central de administração pública para o sector da Ciência e Tecnologia, indo ao encontro da necessidade inadiável de dar resposta eficiente e eficaz às responsabilidades acrescidas cometidas a este organismo de coordenação da política científica e tecnológica do Governo.

Este diploma insere-se na linha da actuação do Governo que afirma com clareza a importância da Ciência e Tecnologia como um dos sectores prioritários da preparação do nosso futuro colectivo. É hoje reconhecido que uma das bases do progresso económico e social dos povos reside no acesso ao conhecimento científico e tecnológico e através dele realizar a desejável e fundamental aliança entre a Ciência e a Democracia. O Governo, convicto das enormes capacidades da nossa comunidade científica, não poderá ser indiferente à sua força dinamizadora donde brotam as novas ideias, fonte de desenvolvimento e progresso.

Perez de Cuellar em Portugal



Timor-Leste e a eventual participação de portugueses na missão de paz das Nações Unidas que venha a ser colocada na África Austral foram os principais temas abordados no encontro que na passada quinta-feira reuniu, no Algarve, o secretário-geral da ONU, Perez de Cuellar, o Presidente da República, Mário Soares, e o Primeiro-Ministro, Cavaco Silva. Após um encontro de cerca de duas horas na casa de férias do Chefe de Estado, Perez de Cuellar disse aos jornalistas ter debatido, em especial com Cavaco Silva, a eventual participação de portugueses naquela missão de paz, mas salientou que, neste momento, «não podemos falar objectivamente numa cooperação portuguesa nessa área».

(Foto de Arquivo)

FLAGRANTES 21

O ardil do Serrano

E stávamos num daqueles dias cálidos dum Verão abraseado e seco... O sol ardente roubava às sombras a frescura que prometiam...

A vontade de trabalhar era pouca... ou melhor... nenhuma. Mas, como era dia de «consultas», não podia frustrar as expectativas dos que, então, me procuravam. Ainda que a contra gosto dispus-me ao trabalho e disse ao funcionário:

— Mande entrar quem tem a vez.

Entrou um homem, atarracado num surrubeço coçado, agasalhando o calor, com o chapéu empoeirado na mão que segurava um nodoso porrete. Com o lenço tabaqueiro, anagalhado ao pescoço, limpava o suor bagoado que lhe tomava a cabeça e lhe escorria na cara, curtida por ventos agrestes.

— Sente-se e diga ao que vem.

O homem olhou a cadeira que lhe apontei e, sem saber porque receio, preferiu ficar de pé.

— «Não, sôr abogado... não se desacomode... eu fico mesmo de pé. Do Picôto até aqui banho abundado d'assento...»

— Oh! Homem! Você vem de muito longe! Isso fica na outra banda da serra!

— «É verdade, sôr abogado... mas o macho anda folgado. Mal espreguei o dia pus-me a caminho e, no pino do Sol, já estava na cumieira das Miadas! De lá p'ráqui foi o pulo duma cabra...»

— Mas porque não procurou advogado em Resende ou Castro Daire que lhe ficava mais perto?

— «Saiba o sôr abogado que os da cidade fiam mais fino...»

«Aqui a cepa é outra... E, ós pois, o bicho já por lá andou, naqueles abogados, a procurar conselho. Ora eu não quero buber da bica onde ele já pôs os beiços. De meu compadre birou bicho ruim e mau bezinho. Nós andamos pegados como cão e gato... e tudo por causa da mulher dele, qu'até tem pelo na benta! É ela que açula sempre os cães à noite... Bem... mas isto não bem pró caso...»

Fiquei a saber que a cepa era eu e que o bicho era o seu enfeitado compadre e vizinho.

Aproveitando a deixa insisti:

— Diga lá, então, o que pretende.

E o homem começou a expor a questão que o movera:

— «Saiba o sôr abogado que eu banho incomendado por o fidalgo das Soligas que é Amigo de vossemecê. Ele até lhe cria escrever umas linhas p'ra contar tudo. Mas eu disse-lhe logo: nanja, num se desincomode, qu'eu bou-me lá e conto tudo, tim-tim por tim-tim. Eu num me tomo de apêtos... Bamos pois ao que me trouxe aqui: saiba o sôr abogado qu'eu tenho uma coiceira pegada à dele. Ora, eu estou a fazer uma casa, mesmo résbés ao debidimento, e ele teima em me tapar as janelas que deitam p'ro seu terreno. Ora eu tenho cá p'ra mim que, no que é meu, posso fazer o que quiser e abrir as janelas que me der na gana, que o bicho num tem nada co'isso... Num é verdade, sôr abogado? Tenho ou num tenho razão?»

Aquelas perguntas rematavam a questão. Ela fora descrita com gestos tímidos e um olhar matreiro, oblíquo, desconfiado e cúmplice, como quem espera, com desassossego, a resposta.

Sem mais delongas respondi de forma frontal e firme:

— Não. O senhor não tem razão. O senhor não pode abrir na sua casa as janelas que deitam directamente para o terreno do seu vizinho. As janelas têm de ser tapadas, salvo se estivessem à distância de metro e meio da linha divisória.

Expliquei, pormenorei, repeti...

Enquanto minuciava a questão, e ao contrário do que eu esperava, o homem foi-se descontraindo, tomando ares de ganhador. Por isso, no receio de não ter sido bem entendido, reafirmei com veemência: O senhor não tem razão. Não pode manter abertas essas janelas.

— O senhor compreendeu? Perguntei para meu descanso.

— «Compreendi sôr abogado. Compreendi bem. Mas, o sôr abogado tem a certeza?»

Confesso que esta pergunta me surpreendeu. Ela foi tão insólita como descabida e afron-tosa. Por isso, retorquiu de pronto, forte e feio, ao agravo recebido, pretendendo dar-lhe o cor-



FERNANDO AMARAL

rectivo que a sua insolência merecia.

Porém, o pobre homem, a um tempo constricto e satisfeito, atalhou:

— «Pronto! Pronto! Descurpe Vossemecê! Tá tudo bem. Num se desincomode. Tem toda a razão. Descurpe...» E como quem, de rabo entre pernas, se acolhe à humildade, perguntou:

— «Quanto lhe debo?»

Um pouco agastado e nervoso referi-lhe a conta.

— «Eu pago já, e pago cum muito gosto... Nem o sôr abogado sabe a alegria que me deu. Estou todo satisfeito. Muito satisfeito. Descurpe Vossemecê...»

E saiu como quem vai aliviado dum espinho que o atormentasse.

Tudo foi muito estranho, desajeitado e rápido.

Enquanto procurava compreender e recompor-me daquele estranho comportamento, entrou o meu empregado, surpreso e sorridente:

— Sr. Doutor! Aquelle homem teimou em deixar-me também o valor da consulta. Ia todo satisfeito porque, pelo que me contou, quem anda a construir a casa não é ele. É o vizinho e ele vai obrigá-lo a tapar as janelas!

Fiquei furioso, e num impulso, saí do escritório à procura do homem que, tão soberbamente, abusara da minha boa fé.

Cheguei à rua... mas já ele acoitava o fogoso macho, numa desvaivada correria, escanchado sobre a albarda, na quixotesca figura dum paspalho, tomado de súbita alegria selvagem...

Lá foi... sem a lição que o meu brio profissional exigia... Regressei ao meu trabalho esmoendo o episódio com os meus botões:

Um serrano desconfiado é pior do que uma mula coiceira.

Silva Marques ao «Povo Livre»

Melhor programação, mais eficácia e transparência para a próxima sessão legislativa

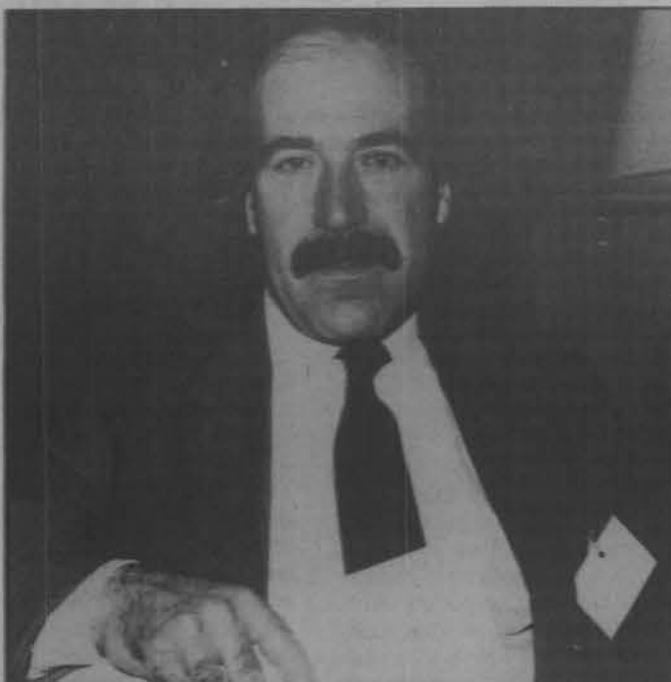
Continuação da 1.ª página

O Novo Regimento da Assembleia da República só prestigia o Parlamento.

Mais clareza e transparência políticas das forças e grupos representados na Assembleia da República é quanto promete o novo Regimento Parlamentar que entrará plenamente em vigor no início da próxima sessão legislativa com a extinção do agrupamento parlamentar da Intervenção Democrática, como garante o deputado social-democrata Silva Marques na entrevista que concedeu a POVO LIVRE para esta pausa de reflexão que são, entre outras coisas, as férias dos deputados.

Silva Marques, que liderou os debates sobre as propostas de alterações ao Regimento, debates que se prolongaram por muitos meses (praticamente durante toda a primeira sessão legislativa) e redundaram em longas e vivas discussões em que nem faltou o dramatismo, por um lado, e por outro a monotonia a raiar o esgotamento de quase todos os intervenientes e observadores, garante ainda maior eficácia no funcionamento dos plenários.

De facto, com a extinção do agrupamento dos deputados independentes, a regra da votação na especialidade nas respectivas comissões parlamentares e uma proporcionali-



Silva Marques — acabar com espaços mortos e outros expedientes

dade mais aproximada do peso numérico de cada grupo parlamentar quanto aos seus poderes de intervenção parlamentar, espera-se que os debates decorram dentro de limites mais razoáveis de tempo acabando-se com os espaços mortos e outros expedientes com frequência utilizados para adiar as questões, tornando-se mais expedito o processo legislativo, já de si moroso mesmo sem a mecânica dos «processos» marginais utilizados para «empatar».

Foram apenas cinco as questões colocadas ao deputado Silva Marques que a todas respondeu «telegraficamente», mas mesmo assim de modo a abranger toda a matéria sem deixar qualquer assunto por abordar. Bem, Silva Marques não respondeu à última pergunta (se Victor Crespo vai ou não ser reeleito, desta feita para o resto da Legislatura — mais três anos) por considerar que isso não lhe diz respeito.

Povo Livre — Dentro de pouco tempo entra em vigor o novo Regimento da Assembleia da República. Existem diferenças muito grandes entre o novo texto e o anterior?

Silva Marques — Não existem muitas diferenças porque o projecto de revisão do Regimento apresentado pelo Partido Social Democrata pretendeu proceder não a uma alteração profunda mas tão somente eliminar ou atenuar algumas distorções mais flagrantes e prejudiciais e ao mesmo tempo adoptar certas soluções que respondam positivamente à necessidade de dignificar o Parlamento.

Neste sentido, entre as alterações mais significativas salientarei a passagem do mandato do presidente da Assembleia da República de um para quatro anos; a extinção dos agrupamentos de deputados independentes; a regra da votação na especialidade nas respectivas comissões; uma proporcionalidade mais aproximada do peso numérico de cada grupo parlamentar quanto aos seus poderes de intervenção parlamentar.

«P.L.» — Quais as razões que levaram o PSD a avançar com um regimento tão rigoroso em matéria de tempos de intervenção, por exemplo, de modo que será muito difícil a qualquer deputado apresentar uma ideia nos termos exigidos para um debate ou confronto esclarecedor? As oposições consideram, de um modo geral, que se lhes tapa a boca ou se aplica a chamada «lei da rolha». Considera que tem algum fundamento esta opinião?

S.M. — O novo regimento não é severo quanto a tempos de intervenção. Isso foi uma falsa acusação levantada demagogicamente pela oposição. Pôs-se foi termo à escandalosa situação de um pequeno grupo ter muito mais possibilidades de intervenção do que um grande grupo. O que se fez foi reduzir a enorme desproporção existente, nada mais.

As alterações introduzidas pelo PSD no Regimento visaram contribuir para o prestígio do Parlamento através de uma maior clareza e transparência política

Silva Marques considera que a principal preocupação do grupo parlamentar social-

-democrata foi recuperar o prestígio do Parlamento e isso através de uma maior transparência política das forças representadas na Assembleia da República e também de uma maior eficácia do seu funcionamento, aliás com o fundamento da própria experiência parlamentar e a de outros regimes democráticos. Por outro lado o PSD acolheu diversas propostas da oposição, nomeadamente do Partido Socialista, como foi o caso de se ter estipulado a fixação da ordem do dia para um mês de trabalho parlamentar com pelo menos quinze dias de antecedência e ainda a criação da comissão de petições.

«P.L.» — Outra das acusações dos grupos parlamentares da oposição é a de que este Regimento foi talhado à medida do grupo parlamentar do PSD, hoje com «a faca e o queijo na mão», e não numa perspectiva intemporal, ou seja que sirva para esta ou qualquer ou nenhuma maioria expressiva, isto é, para o Parlamento em qualquer altura e circunstância.

S.M. — As alterações introduzidas pelo PSD no Regimento vizaram contribuir para o prestígio do Parlamento através de uma maior clareza e transparência política das forças e grupos nele representados e de uma maior eficácia do seu funcionamento. Trata-se de alterações fundadas na nossa própria experiência parlamentar e na dos outros regimes democráticos.

Por outro lado, o PSD acolheu diversas propostas da oposição, sobretudo do PS (as do PCP eram de tal modo demagógicas que foi impossível aproveitá-las). Foi o caso de se ter estipulado a fixação da ordem do dia para um mês de trabalho parlamentar com pelo menos 15 dias de antecedência; de se ter criado a Comissão de Petições e de se admitir em certos casos (mediante deliberação) a discussão pública de projectos de lei.

A eleição do Presidente por Legislatura dignifica o lugar, dá-lhe mais estabilidade e permite maior eficácia

Um das alterações mais significativas senão mesmo a mais importante introduzida no Regimento foi a eleição do Presidente da Assembleia da República pelo período de toda a legislatura (em princípio quatro anos). Silva Marques considera esta disposição muito positiva porque dignifica o lugar que é o segundo da hierarquia do Estado, dá-lhe estabilidade e permite maior eficácia no tratamento das respectivas atribuições e competências. Se existe algum risco, diz Silva Marques, é o de escolher mal, mas é o risco próprio de todos os cargos electivos.

«P.L.» — Considera positivo que o presidente da Assembleia da República passe a ser eleito pelo período da Legislatura? Quais as vantagens e quais os inconvenientes?

S.M. — Penso que é positivo porque dignifica o lugar (o segundo na hierarquia do Estado), porque lhe dá estabilidade e permite maior eficácia. Só há um inconveniente: o risco de se escolher mal. Mas isso é próprio de todos os cargos electivos. E seria absurdo, por isso, reduzir-se todos os respectivos mandatos, a começar pelo Presidente da República. O que é preciso é escolher bem.

«P.L.» — O PSD tem novo candidato ou vai reeleger o actual Presidente, prof. Vítor Crespo?

S.M. — Trata-se de uma questão a que não me cabe responder pois o assunto é da competência da direcção do grupo parlamentar e da Comissão Política Nacional do PSD.

CONVOCATÓRIAS

Barcarena

Nos termos estatutários convoco a Assembleia do Núcleo do PSD Barcarena, para uma reunião a realizar em 8.09.23 pelas 22H00 na Sede da Secção em Oeiras, Rua Heliodoro Salgado 12, r/c - Esq., com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações.
- 2 — Análise da Situação Política.

Porto

Nos termos dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção Litoral do Porto para reunir na Rua do Teatro, 145, no Porto, pelas 21.00 h., no próximo dia 23 de Setembro de 1988, com a seguinte:

ORDEM DOS TRABALHOS

- 1 — Apreciação e aprovação das Contas relativas ao Exercício anterior.
- 2 — Análise da situação político-partidária incluindo informações acerca do último Congresso do Partido a prestar pelo delegado da Secção Litoral.

Viana do Castelo

Nos termos estatutários, convocam-se todos os militantes do Partido a estarem presentes no Plenário da Secção, a realizar no dia 23 de Setembro p.f. (sexta-feira) pelas 21 h., no Hotel Viana Sol — Viana do Castelo, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Análise da situação Política Nacional e Local.
- 2 — Análise das quotizações e cobranças.



PSD
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Povo livre
ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Rua de São Caetano à Lapa, 9 • 1296 LISBOA CODEX • Telef. 60 21 40

NOME: _____

MORADA: _____

COD. POSTAL: _____

LOCALIDADE: _____

ASSINATURA: NOVA ☐

RENOVAÇÃO ☐

SEMESTRAL ☐

ANUAL ☐

Junto envio cheque nº _____

Segue vale de correio nº _____

Junto numerário no valor de _____

[Assinatura]

BOLETIM DE ASSINATURA

JOVEM reformista

ÓRGÃO OFICIAL DA JUVENTUDE SOCIAL DEMOCRÁTICA

JOVEM REFORMISTA

ANO V • N.º 375 • 7 DE SETEMBRO DE 1988

COORDENADOR

PEDRO GOMES

COORDENADORES-ADJUNTOS

MANUEL DUARTE

PAULO GUEDES DA SILVA

SUPLEMENTO AO «POVO LIVRE» AO N.º 719

NESTA EDIÇÃO

- AMBIENTE
- COMUNICADO CPD/CASTELO BRANCO
- CONVOCATÓRIAS

RIOS EM PORTUGAL

CARLOS RODRIGUES

Sendo a água elemento necessário e fundamental para a actividade humana e por ser esta a principal vítima dessa actividade, tentou-se analisar a situação dos principais rios portugueses tendo como base o livro «Ambiente/87» da Secretaria de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais.

A selecção dos rios, foi feita

origens da água no abastecimento público e o anexo 4 que representa as necessidades de água e consumos na situação actual. Cada rio é classificado perante uma escala de qualidade de água (quadro abaixo):

O rio Tejo tem como principais fontes emissoras de poluição os esgotos domésticos, as indústrias agro-alimentares, de bebidas, de bebidas, agro-pecuárias, têxteis, de pasta de papel e de celulose. Apresenta

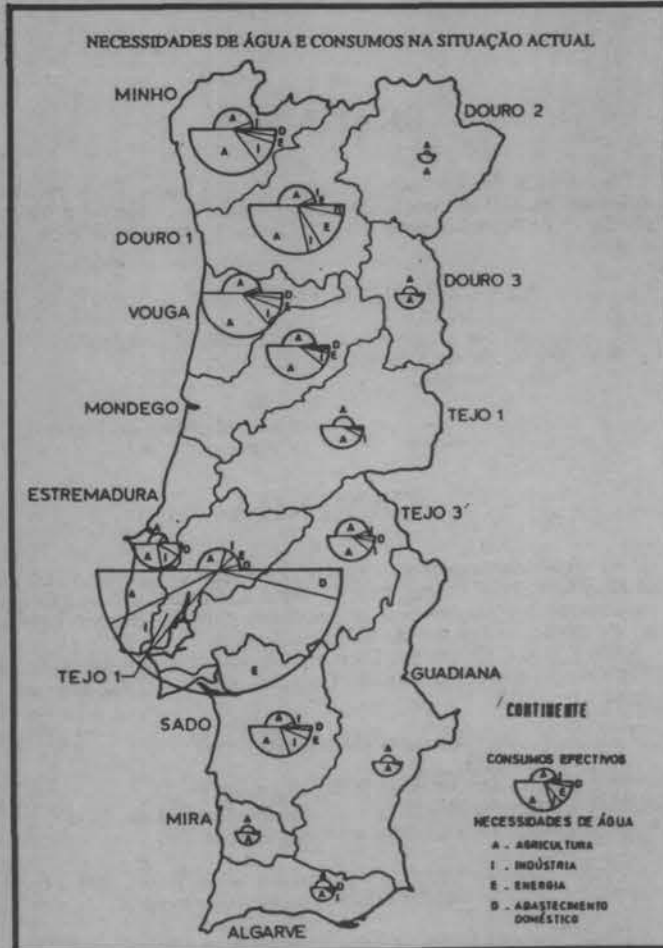
tes zonas urbanas e de vários tipos de indústrias sendo os principais causadores as ribeiras da Costa do Estoril, do Jamor, da Lage, de Barcarena, da Caparica e dos Vinhos. O rio Trancão é excessivamente poluído, em particular na sua foz depois de receber a descarga de afluentes de actividades industriais, urbanas e agrícolas.

Na zona sul do Estuário, mais propriamente nas zonas de Almada, Barreiro e Montijo há situações extremas de poluição nas suas margens devido aos esgotos urbanos e industriais.

O rio Douro tem como principais fontes poluentes os esgotos domésticos, as indústrias extractivas, agro-alimentares e as de cimento e materiais de construção. As suas águas apresentam boas qualidades (classe A e B) acontecendo idêntica situação com as bacias dos seus afluentes.

O rio Vouga e os seus afluentes apresentam como principais fontes emissoras de poluição os esgotos domésticos, as indústrias extractivas, agro-alimentares, agro-pecuárias, celulose e pasta de papel, siderurgia, metalurgia e metalomecânica. Este rio apresenta águas pouco poluídas (classe B) até ao rio Caima, passando a muito poluídas (classe E), com águas impróprias para qualquer actividade, até à sua foz. De referir que o rio Cerna, seu afluente, passa por uma laguna (pateira de Fermentelos) que se encontra em estado de avançada eutrofização.

O Mondego é poluído pelas indústrias extractivas, agro-alimentares, têxteis e químicas



O Guadiana apresenta como fontes emissoras de poluição os esgotos domésticos, as indústrias extractivas, agro-alimentares, agro-pecuárias e a de celulose ou pasta de papel. O rio apresenta-se pouco poluído (classe C), mas ao entrar em Portugal apresenta uma certa degradação (Classe D), passando a menos poluído derivadas do petróleo. Este rio

apresenta águas de boa qualidade (classe A e B) com casos pontuais de poluição e regenera normalmente bem a sua qualidade. Os seus afluentes têm boa água (classe A) excepto os rios Ceira e Arouca que têm problemas de poluição, sendo o de Arouca o de pior qualidade.

Continua na página 8

a partir das disponibilidades e consumos de cada região que esses mesmos rios abrangem. O continente está dividido em 14 regiões hidrográficas, como é apresentado no mapa anexo 1.

Na zona do Minho foram escolhidos os rios Minho e Lima; na Zona do Douro I os rios Douro, Tamega e Sousa; na Zona do Douro II o rio Douro na sua parte superior; na Zona do Vouga o rio Vouga; na Zona do Mondego o rio Mondego; na Zona do Tejo II o rio Tejo superior; na Zona do Tejo I o rio Tejo inferior, o seu estuário e o rio Alviela e os seus afluentes; na Zona do Sado o rio Sado e seu estuário; e na Zona do Guadiana o rio Guadiana.

Para melhor se dar conta da importância e disponibilidades destes rios, observem-se os mapas anexo 2 que apresenta o balanço hídrico por região hidrográfica, o anexo 3 sobre

O rio Ave tem como principais fontes emissoras de poluição os esgotos domésticos, as indústrias agro-alimentares, agro-pecuárias e a celulose e pasta de papel. É um rio muito poluído (classe B e E).

O rio Sousa é poluído através dos esgotos domésticos, pelas indústrias extractivas, agro-alimentares têxteis e pela celulose e pasta de papel. É no rio Ferreira, seu afluente, que ocorrem os mais críticos problemas de poluição da bacia do Sousa. Ao longo do seu curso registam-se poluições das classes A a C, com a B a partir de Penafiel e C após o encontro com as águas do rio Ferreira até ao rio Douro.

O rio Alviela e os seus afluentes estão poluídos pelos esgotos domésticos e pela indústria têxtil. As águas deste rio até Monsanto as águas são pouco poluídas (classe B), passando depois a muito poluídas (classe D e E).

normalmente águas pouco poluídas (classe B) embora os rios Almonda e Alviela estejam muito poluídos (classe E); em geral não há alterações acentuadas nos troços do rio a jusante das entradas destes afluentes. No entanto é de referir que toda esta situação é agravada no período seco, quando se verificam caudais reduzidos e ainda que o ribeiro do Jamor e o rio Trancão são verdadeiros esgotos a céu aberto.

O estuário do Tejo não se encontra muito poluído apesar de grandes quantidades de detritos que são lançados nele, porque os movimentos das águas, com grande influência na poluição, asseguram a dispersão dos poluentes. No entanto há focos de poluição específicos bastante graves, junto às margens. Para esta situação contribuem as descargas dos esgotos de importan-

COMUNICADO

CASTELO BRANCO:

APOIO À RECANDIDATURA DE CARLOS COELHO

Reunida a Comissão Política Distrital/J.S.D. de Castelo Branco em 27/8/88, tendo analisado o trabalho desenvolvido pela actual C.P.N./J.S.D. e na sequência da anunciada recandidatura do companheiro Carlos Coelho a Presidente da Comissão Política Nacional, deliberou:

■ Manifestar publicamente o apoio da C.P.D./J.S.D. de Castelo Branco à recandidatura do companheiro Carlos Coelho a presidente da C. P. N. / J. S. D.

felicitando-o desde já pelo trabalho desenvolvido, bem como as acções desenvolvidas pelo órgão a que preside.

■ Manifestar satisfação pelo apoio feito no sentido de estabelecer o diálogo com as estruturas intermédias da J.S.D.; certos de que essa será a melhor solução para que do próximo Congresso a J.S.D. saia mais forte e unida, continuando o trabalho desenvolvido pela afirmação de uma organização de juventude Dinâmica, Interventiva e Responsável.

A maior Organização Política de Juventude vai mais uma vez a Congresso. É o reencontro com a vontade colectiva, que vai julgar o pretérito e tentar determinar o futuro.

Volvidos dois anos sobre um Congresso que se caracterizou por um intenso debate político sobre a JSD e a sua estratégia futura, as cartas vão de novo baralhar-se, num jogo que possivelmente não alterará as suas regras.

Contudo, algumas serão diferentes, quando no dia 28/10, se iniciarem os trabalhos. Perigoso seria para este «complexo democrá-

tico», se tudo fosse imutável.

Desde logo, será diferente a Intervenção Política Personalizada, isto se considerarmos que, naquela altura, alguns importantes nomes da Organização, por imposição etária, não poderão dar o seu contributo.

Nomes como os de Pedro Pinto, Paulo Pereira Coelho, José Cesário, Rui Rio ou Adérito Campos (desculpem-me aqueles de que eventualmente me esqueço), abandonam definitivamente a JSD.

JOSÉ LAPA

E aqui levanta-se a 1.ª questão importante:

Que se fez ou se tenciona fazer, para que a experiência política edificada por aquelas pessoas, faça parte do Património da Organização?

Positivo é saber, que muitos daqueles que forjaram a sua experiência política na JSD, tiveram uma integração facilitada no Partido e muitos deles em lugares importantes no Aparelho Partidário.

Isto poderá ser vantajoso se as Estruturas da JSD po-

tenciarem uma relação criativa com todos os quadros que vão deixando a Organização. Será extremamente negativo, se preferirem vê-los como sinais do passado.

Logo a pertinência da questão.

A segunda questão, tem a ver com a Europa.

Centro motivador de vontades, meta exigente, fim último de uma cavalgada veloz.

Do Económico, do Social, do Político, já muito se disse; a nós jovens, interessa-nos um outro fac-

Continua na página 8

JSD EM CONGRESSO: ALGUMAS QUESTÕES

CONVOCATÓRIAS

ARCOS DE VALDEVEZ

Na sequência da deliberação tomada em anterior Conselho Distrital da Juventude Social Democrática de Viana do Castelo, vem esta Comissão Política, convocar as eleições de todas as Comissões Políticas de secção de Viana do Castelo.

Assim, e nos termos dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrática, convoca o Plenário Concelhio da tua Secção, que terá a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações;
- 2 — Eleição da Comissão Política Concelhia;
- 3 — Eleição dos delegados ao Conselho Distrital da J.S.D.;
- 4 — Eleição dos delegados ao Congresso da J.S.D.;

Local: Sede concelhia do Partido Social Democrata, na Praça Municipal nos Arcos de Valdevez.

Hora: 21h. 30m. do dia 2 de Setembro de 1988.

A CPD / Viana do Castelo

BRAGANÇA

Nos termos dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se todos os militantes da JSD da Secção de Bragança para um plenário a realizar no dia 23 de Setembro pelas 21 horas na Sede Distrital do PSD, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Eleição dos congressistas ao VIII Congresso da JSD;
- 2 — Análise da situação política concelhia;
- 3 — Outros assuntos.

O Presidente da Mesa de Plenário
Francisco Martins

CAMINHA

Na sequência da deliberação tomada em anterior Conselho Distrital da Juventude Social Democrática de Viana do Castelo, vem esta Comissão Política Distrital convocar as eleições de todas as Comissões Políticas de secção do Distrito de Viana do Castelo.

Assim, e nos termos dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrática, convoca o Plenário Concelhio da tua Secção, que terá a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações;
- 2 — Eleição da Comissão Política Concelhia;
- 3 — Eleição dos delegados ao Conselho Distrital da JSD;
- 4 — Eleição dos delegados ao Congresso da JSD;

Obs: Ao mesmo tempo do plenário concelhio, haverá uma FESTA JOTA com música, comes-e-bebes e outros divertimentos.

Local: Salão de Festas de Vilar de Mouros (a partir das 14h. 30m. há transporte assegurado para Vilar de Mouros desde Vila Praia de Ancora junto ao Snack-Bar «A Praia»).

Hora: 14h. 30m. do dia 3 de Setembro de 1988.

A CPD / Viana do Castelo

CASCAIS

Convoca-se o plenário de Secção de Cascais da JSD para se reunir no próximo dia 17 de Setembro de 1988, pelas 17 horas, na sede de Cascais (Largo da Estação, 4 — 1.º), com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Apresentação do relatório e contas.
- 2 — Eleições:
- 2.1 — Comissão Política de Secção.
- 2.2 — Conselheiros Distritais.
- 2.3 — Mesa do Plenário de Secção.
- 2.4 — Director do Gabinete de Estudos.

As listas candidatas deverão ser entregues na Sede de Cascais até às 22 horas do dia 15 de Setembro.

A Presidente da CPS
Ivone Texugo

CASCAIS

Convoca-se o Plenário de Secção de Cascais da JSD para se reunir no próximo dia 24 de Setembro de 1988, pelas 17 horas, na Sede de Cascais (Largo da Estação, 4 — 1.º), com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único — Eleição do delegado ao Congresso Nacional da JSD. As candidaturas deverão ser apresentadas até às 22 horas do dia 22 de Setembro, na Sede de Cascais.

A Presidente da CPS
Ivone Texugo

CASTELO BRANCO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o plenário de Secção para dia 25 de Setembro, Domingo, pelas 16 horas, na Sede Distrital do PSD em Castelo Branco, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

CONVOCATÓRIAS

- 1 — Informações;
- 2 — Eleição da Mesa do Plenário Concelhio;
- 3 — Eleição dos Delegados ao Congresso Nacional da JSD;
- 4 — Apresentação de listas e eleição da CPS;
- 5 — Eleição dos Delegados ao Concelho Distrital da JSD.

O Presidente da CPS
José Carlos Beato

COIMBRA CONSELHO DISTRIAL

Ao abrigo dos Estatutos da JSD, convoco o Conselho Distrital de Coimbra para sábado, dia 10 de Setembro de 1988 pelas 21.30h. na Sede do PSD em Coimbra sita na Rua dos Combatentes 23, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações;
- 2 — Rateio dos Delegados do Distrito de Coimbra ao VIII Congresso da JSD.

O Presidente da Mesa do C.D. de Coimbra
Paulo Pereira Coelho

COIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos da JSD, convoco o Plenário Conselho de Coimbra da JSD para o dia 17 de Setembro de 1988, sábado, pelas 15.00h. na sede local do PSD sita na Rua dos Combatentes 23 e com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações;
- 2 — Eleição dos Delegados Concelhios de Coimbra ao VIII Congresso Nacional da JSD.

Nota: 1 — A entrega de listas efectuar-se-á até ao dia 15/9/88 pelas 15.00h., na Secretaria do PSD em Coimbra.

2 — A votação decorre das 15.00h. às 19.00h. do dia 17/9/88.

O Presidente da CPS/JSD de Coimbra
Victor Gaspar

COMISSÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos da JSD, convoco o Plenário da Comissão Académica de Coimbra da JSD, para o dia 13 de Setembro de 1988, terça-feira, às 21.30h., na sede local do PSD, sita na Rua dos Combatentes, 23, e com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações;
- 2 — Rateio dos Delegados da CAC ao VIII Congresso da JSD.

O Presidente da CAC
Carlos Páscoa

ESC. SEC. DE ALHANDRA

Convoca-se o Plenário de Núcleo para reunir no dia 16 de Setembro (sexta) pelas 17 horas, na garagem situada na Rua Augusto Marcelino Chamusco, 11-A, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações;
- 2 — Preparação do 5.º Encontro ESD (s);
- 3 — Análise do Movimento Associativo e eleição da Direcção do NESD e representantes à CESDL.

ESC. SEC. N.º 1 DE ALVERCA

Convoca-se o Plenário do Núcleo para reunir no dia 17 de Setembro (sábado) pelas 16 horas na sede de Alverca com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações;
- 2 — Preparação do 5.º Encontro ESD (s);
- 3 — Análise do Movimento Associativo e eleição da Direcção do NESD e representantes à CESDL.

O Presidente do NESD
João Carlos Martins

ESC. SEC. N.º 2 DE ALVERCA

Convoca-se o Plenário do Núcleo para reunir no dia 15 de Setembro (quinta) pelas 15 horas na escola, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações;
- 2 — Preparação do 5.º Encontro dos ESD's;
- 3 — Análise do Movimento Associativo e eleição da Direcção do NESD e representantes à CESDL.

O Presidente do NESD
Jorge Pereira

CONVOCATÓRIAS

ESC. SEC. ALVES REDOL (V. F. XIRA)

Convoca-se o Plenário de Núcleo para reunir no dia 16 de Setembro (sexta) pelas 16 horas na Sede da JSD de Vila Franca de Xira, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações;
- 2 — Preparação do 5.º Encontro dos ESD's;
- 3 — Análise do Movimento Associativo e eleição da Direcção do NESD e representantes à CESDL.

O Presidente do NESD
Vitor Silva

ESC. SEC. DO FORTE DA CASA

Convoca-se para reunir o Plenário de Núcleo no dia 19 de Setembro (segunda) pelas 17 horas no salão da Junta de Freguesia com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações;
- 2 — Preparação do 5.º Encontro dos ESD's;
- 3 — Análise do Movimento Associativo e eleição da Direcção do NESD e representantes à CESDL.

ESC. SEC. REYNALDO DOS SANTOS (V. F. XIRA)

Convoca-se o Plenário de Núcleo para reunir no próximo dia 15 de Setembro (quinta) pelas 21 horas na sede de Vila Franca de Xira com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações;
- 2 — Preparação do 5.º Encontro dos ESD's;
- 3 — Análise do Movimento Associativo e eleição da Direcção do NESD e representantes à CESDL.

O Presidente do NESD
António Nobre

ESC. SEC. SOUSA MARTINS (V. F. XIRA)

Convoca-se o Plenário de Núcleo para reunir no dia 16 de Setembro (sexta-feira) pelas 15 horas na escola com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações;
- 2 — Preparação do 5.º Encontro dos ESD's;
- 3 — Análise do Movimento Associativo e eleição da Direcção do NESD e representantes à CESDL.

O Presidente do Núcleo
Pedro Pessoa dos Santos

NOVOS ÓRGÃOS LOCAIS

PORTO SECÇÃO LITORAL

Realizou-se no dia 26 de Agosto pelas 21h 30m um plenário de Secção da JSD, na Secção Litoral do Porto, cuja Ordem de Trabalhos foi a eleição dos Conselheiros Distritais.

Deu entrada uma lista única à qual foi atribuída a letra A.

De 18 votantes, houve 17 votos a favor da lista A e 1 voto em branco, sendo assim eleitos como:

EFFECTIVOS

Francisco Marques Aguiar, Rui Alexandre Batista, Paulo Maurício Meireles Bento, Joaquim António Fonseca Santos, Sérgio Marques Aguiar.

SUPLENTE

Nuno Pedro Machado Ferreira, Miguel Alexandre Ferreira Gramacho, Maria Teresa Meirelles, Cláudio Miguel Coelho da Cunha, Moisés Pedro Andrade, Rui Manuel Fernandes Torres.



ESC. SEC. DE VIALONGA

Convoca-se para reunir o Plenário de Núcleo no dia 19 de Setembro (segunda-feira) pelas 17 horas no Salão da Junta de Freguesia do Forte da Casa com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações;
- 2 — Preparação do 5.º Encontro dos ESD's;
- 3 — Análise do Movimento Associativo e eleição da Direcção do NESD e representantes à CESDL.

GOLEGÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de Secção da JSD da Golegã, para reunir às 14h. 30m. do dia 24 de Setembro:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Eleição CPS/JSD e Delegado ao Conselho Distrital;
- 2 — Eleição do Delegado ao VIII Congresso Nacional da JSD.

Nota: As listas candidatas ora CPS, Conselheiros Distritais e Delegado ao VIII Congresso da JSD, têm que dar entrada na Sede até às 18h. do dia 21.

Pela CPS/JSD-Golegã
António Fitas Rodrigues

LEIRIA CONSELHO DISTRITAL

Nos termos dos Estatutos Nacionais da JSD, do Regulamento do VIII Congresso Nacional da JSD e do Regulamento Interno, convoco o conselho Distrital de Leiria da Juventude Social Democrata para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 25 de Setembro de 1988, pelas 14.30h., na Sede Distrital, sita na Avenida Dr. José Jardim, n.º 32, em Leiria, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Rateio dos delegados do VIII Congresso Nacional da JSD;
- 2 — Eleição dos delegados da estrutura socio-estudantil;
- 3 — Análise da situação política.

O Presidente da Mesa do Conselho
Distrital
João Álvaro Poças Santos

LISBOA CONSELHO DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais convoco o Conselho Distrital de Lisboa da JSD para reunir dia 15 de Setembro de 1988 pelas 21 horas, na secção D, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações;
- 2 — Rateio do Congresso da JSD;
- 3 — Eleição dos Delegados do PSD;
- 4 — Análise da situação política distrital e nacional.

O Presidente
Jorge Paulo Roque Cunha

LISBOA - SECÇÃO I

Venho por este meio, convocar o Plenário da Secção I para o dia 14 de Setembro (4.ª feira) pelas 21.00h. a realizar na Sede da Secção, sita à Rua da Conceição, 113, 4.º Esq.º, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações;
- 2 — Eleição dos órgãos de Secção;
- 3 — Eleição dos Conselheiros Distritais.

Pela CPDL
O Presidente
Fernando Ferreira Marques

MIRANDA DO DOURO

Nos termos dos Estatutos Nacionais da JSD convocam-se todos os militantes da JSD da secção de Miranda do Douro para um plenário a realizar no dia 17 de Setembro pelas 15 horas na sede concelhia de Miranda do Douro com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Eleição dos congressistas ao VIII Congresso da JSD;
- 2 — Análise da situação política concelhia;
- 3 — Outros assuntos.

O Presidente da Mesa de Plenário
Raul Silva



NESD/FDL

É convocada a 1.ª reunião ordinária 1988/1989 do Plenário do Núcleo de Estudantes Social Democratas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa para o dia 8 de Setembro de 1988, pelas 15 horas, no anfiteatro n.º 4, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Aprovação dos Estatutos;
- 2 — Balanço da actividade do ano lectivo transacto;
- 3 — Apreciação da situação político-estudantil.

O Presidente da Mesa do Plenário
Jorge Bacelar

OEIRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais convoco o Plenário da Secção de Oeiras a realizar dia 16 de Setembro pelas 16h. na Sede, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Eleição CPS;
- 2 — Eleição Conselheiros Distritais;
- 3 — Eleição do Delegado ao Congresso;
- 4 — Análise da Situação Política.

O Presidente da Mesa
Luís Nobre

PORTO - CONSELHO DISTRITAL

Nos termos dos Estatutos Nacionais da JSD e do regulamento do VIII Congresso da JSD convoco o conselho Distrital da JSD do Porto para reunir no próximo dia 10 de Setembro pelas 15 horas na Rua do Pinheiro Manso, 305 (Secção Ocidental do Porto), com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações;
- 2 — Aprovação do Regulamento do Conselho Distrital;
- 3 — Aprovação do Regulamento eleitoral dos Órgãos Distritais;
- 4 — Análise da situação política;
- 5 — Rateio dos Delegados ao VIII Congresso Nacional da JSD.

Nota: as propostas de rateio deverão ser entregues até às 15 horas do dia 8 de Setembro na Sede Distrital da JSD/PORTO.

Pela Mesa do Conselho Distrital
Vice-Presidente
Nuno Pacheco

SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco um Plenário de Secção de Santarém, para o dia 16 de Setembro de 1988, pelas 21.00h.

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único — Eleição de um Delegado ao VIII Congresso Nacional da JSD.

Nota: As listas candidatas à eleição devem ser compostas por um efectivo e um suplente, devendo ser entregues até às 21h.00 do dia 14 do corrente mês, na Sede do PSD, a um membro da mesa do Plenário de Secção.

Pela Mesa do Plenário de Secção de
Santarém
Rui Paulo Calarrão

TOMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de Secção de Tomar para reunir dia 30 de Setembro às 20h. 30m., na Sede do PSD de Tomar, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Eleição do Delegado ao VIII Congresso da JSD.

Nota: As listas candidatas tem que incluir um Delegado Efectivo e um Suplente, e têm que dar entrada na Sede Concelhia até às 24h. do dia 22 de Setembro.

Pela Mesa do Plenário de Secção
O Presidente
Miguel Relvas

VIANA DO CASTELO

Na sequência da deliberação tomada em anterior Conselho Distrital da Juventude Social Democrática de Viana do Castelo, vem esta Comissão Política Distrital convocar as eleições de todas as Comissões Políticas de secção do Distrito de Viana do Castelo.

Assim, e nos termos dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrática, convoca o Plenário Concelhio da tua Secção, que terá a seguinte:



ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações;
- 2 — Eleição da Comissão Política Concelhia;
- 3 — Eleição dos delegados ao Conselho Distrital da JSD;
- 4 — Eleição dos delegados ao Congresso da JSD.

Local: Sede Distrital e Concelhia do Partido Social Democrata.
Hora: 14h. 30m. do dia 10 de Setembro de 1988.

A CPD/Viana do Castelo

VILA FLOR

Nos termos dos Estatutos Nacionais da JSD convocam-se todos os militantes da JSD da secção de Vila Flor para um Plenário a realizar no dia 17 de Setembro pelas 15 horas na Esc. Sec. de Vila Flor, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Eleição dos congressistas ao VIII Congresso da JSD;
- 2 — Análise da situação política concelhia;
- 3 — Outros assuntos.

O Presidente da Mesa de Plenário
Orlando Castro

VILA FRANCA DE XIRA

Venho por este meio convocar todos os militantes da JSD da Secção de Vila Franca de Xira para um Plenário Concelhio a realizar no próximo dia 23 de Setembro de 1988 (sexta-feira) pelas 21 horas no Salão do Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações;
- 2 — Eleição dos delegados ao congresso da JSD;
- 3 — 5.º encontro dos ESD's e movimento associativo;
- 4 — Análise da situação política.

Nota: As listas candidatas ao ponto 2 deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio até às 21 horas do dia 20 de Setembro de 1988 (terça-feira) subscritas por um mínimo de 5% dos militantes da Secção e acompanhadas da declaração de aceitação dos candidatos. As urnas para a eleição dos delegados ao Congresso funcionarão das 21.30 às 24 horas.

O Presidente da Mesa do Plenário
Concelhio da JSD
Rui Manuel M. da Rocha

VILA NOVA DA BARQUINHA

De acordo com os Estatutos Nacionais da JSD está marcada para o dia 17 de Setembro, pelas 16 horas, no Restaurante a «Barca» a reunião de Plenário com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações e debate do Regimento Interno;
- 2 — Eleição do delegado ao Congresso da JSD
- 3 — Acção de formação.

O Presidente da CPS/JSD
Luís Manuel Valente

VILA VERDE

Nos termos dos estatutos da JSD, convocam-se todos os militantes da JSD da Secção de Vila Verde, para um Plenário a realizar no próximo dia 3 de Setembro de 1988 pelas 15 horas, na sede do PSD, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações;
- 2 — Eleição da Comissão Política de Secção;
- 3 — Eleição da Mesa do Plenário Concelhio;
- 4 — Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital.

Nota: As listas deverão ser entregues até às 14.00 horas do mesmo dia. A votação decorrerá durante o Plenário, tendo por término as 17.30 horas.

A Reunião Plenário será presidida pelo Presidente do Plenário que controlará o acto eleitoral.

VINHAIS

Nos termos dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se todos os militantes da JSD da Secção de Vinhais para um plenário a realizar no dia 23 de Setembro pelas 15 horas na Esc. Sec. de Vinhais com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Eleição dos congressistas ao VIII Congresso da JSD;
- 2 — Análise da situação política concelhia;
- 3 — Outros assuntos.

O Presidente da Mesa de Plenário
Luís Martinho Augusto

destaque

RIOS EM PORTUGAL

Continuação da página 5

(classe C) após alguns quilómetros da fronteira. Este rio apresenta-se pouco industrializado, com actividades pontuais bem como os seus problemas de poluição.

O rio Sado apresenta como fontes de poluição dos esgotos domésticos, as indústrias extractivas, agro-alimentares, celulose e pasta de papel e indústrias químicas derivadas do petróleo. É um rio sem grandes problemas apresentando águas de razoável qualidade (classe B). Um aspecto a focar é a ocorrência de contaminação das águas por pesticidas devido à actividade agrícola das proximidades.

No seu estuário são as indústrias os principais agentes poluidores das suas águas, com alguns pontos de excessiva concentração de poluição, o que prejudica vida aquática. Em zonas de descarga verificam-se PH's baixíssimos, presença de ferro, cobre e arsénio, temperaturas elevadas, fraca oxigenação das águas, grandes quantidades de matéria orgânica e de materiais em suspensão, oxidabilidade elevada e presença de bactérias. Para toda esta situação são responsáveis as fábricas de produtos químicos, de celulose, agro-pecuária, cimentos, central térmica, indústria de peças para automóveis e o estaleiro de construções navais.

O rio Lima apresenta como fontes poluidoras os esgotos domésticos, as indústrias agro-alimentares, agro-pecuárias, de celulose e pasta de papel. Este rio tem águas de boa qualidade (classe A e B) sendo um matadouro e uma indústria de celulose (próximo da foz) que provocam ligeiros problemas de poluição nos troços a jusante com um aumento de contaminação bacteriológica.

O rio Tâmega é poluído pelos esgotos urbanos e pelas indústrias extractivas com águas praticamente não poluídas (classe A), mas a partir de Amarante é mais poluído (classe B) devido aos esgotos e às indústrias próximas da vila.

O rio Minho é um rio que apresenta praticamente como fontes emissoras de poluição os esgotos domésticos. Apresenta águas de razoável qualidade (classe B) apresentando alguns problemas em certas zonas do rio, devido a afluentes urbanos e industriais. As águas entram em Portugal com razoável qualidade (classe C), sendo recuperadas perto de Monção (classe B) por cárcena bioquímica de oxigénio e de azoto amoniacal.

Pode dizer-se que os rios

portugueses são medianamente poluídos ainda que haja alguns excessivamente poluídos. Embora estejam numa situação média a sua qualidade foi piorada nos últimos anos e a tendência é de agravamento nos próximos anos.

De acordo com as disponibilidades de águas nacionais, as indústrias de têxteis de preparação e fiação de fibras, a pasta de papel e de cartão e os produtos químicos industriais de base são os principais consumidores de água, com consumos de $259,734 \times 106 \text{ m}^3$, $184,546 \times 106 \text{ m}^3$, respectivamente. Sendo de salientar que estas indústrias são responsáveis pelo maior volume de afluentes, com descargas respectivas de $199,995 \times 106 \text{ m}^3$ e $177,156 \times 106 \text{ m}^3$.

No domínio de projectos para a água serão gastos 5485 mil contos e os programas de investimento são:

— **Avaliação e Protecção dos Recursos Hídricos Nacionais**, sendo contituído pelos projectos:

- a) Flora nacional da água.
- b) Revisão da rede hidrometeorológica nacional.
- c) Estudo e gestão das águas subterrâneas.
- d) Cadastro hidrográfico das bacias hidrográficas e instalações de bacias representativas e experimentais.
- e) Estudo e trabalhos relativos à erosão, transporte sólido e sedimentologia.

Este conjunto de projectos eleva-se a 347,5 mil contos dos quais 39,7 mil são atribuídos a 1987.

— **Avaliação de Regularização Fluvial e Defesa Contra Cheias**: Conjunto diversificado de infraestruturas hidráulicas de pequena dimensão, nomeadamente alvos de regularização fluvial, correcção torrencial, enxugo, pontes, pontões e serventias agrícolas. Este projecto ronda os 5320 mil contos na sua totalidade e serão atribuídos 1020 mil contos em 1987.

— **Aproveitamento do Nordeste Transmontano**: Tem como objectivo o abastecimento de água a 100 mil habitantes, com uma área de rega de 16 500 ha de terra e uma produção de energia eléctrica de 3172,1 mil contos, sendo 305 mil contos despendidos em 1987.

— **Aproveitamento Hidráulico das Bacias Hidrográficas do Algarve** constituído pelos projectos:

- a) Sistema Odelouco-Funcho
- b) Regularização fluvial e correcção torrencial da Serra algarvia.

c) Pequenos aproveitamentos hidráulicos do Alentejo.

Este conjunto de projectos eleva-se a cerca de 5076,3 mil contos, dos quais serão despendidos 915,5 mil contos em 1987.

— **Infraestruturas Hidráulicas Diversas**: Neste programa procura-se a realização de estudos e ensaios sobre soluções técnicas de infraestruturas hidráulicas; o apoio a aproveitamentos já construídos e em exploração, mediante a execução de trabalhos complementares; a construção de empreendimentos médios para satisfação de necessidades de água em regiões específicas. Este projecto prevê um investimento global de 3406 mil contos com 824 mil contos no ano de 1987.

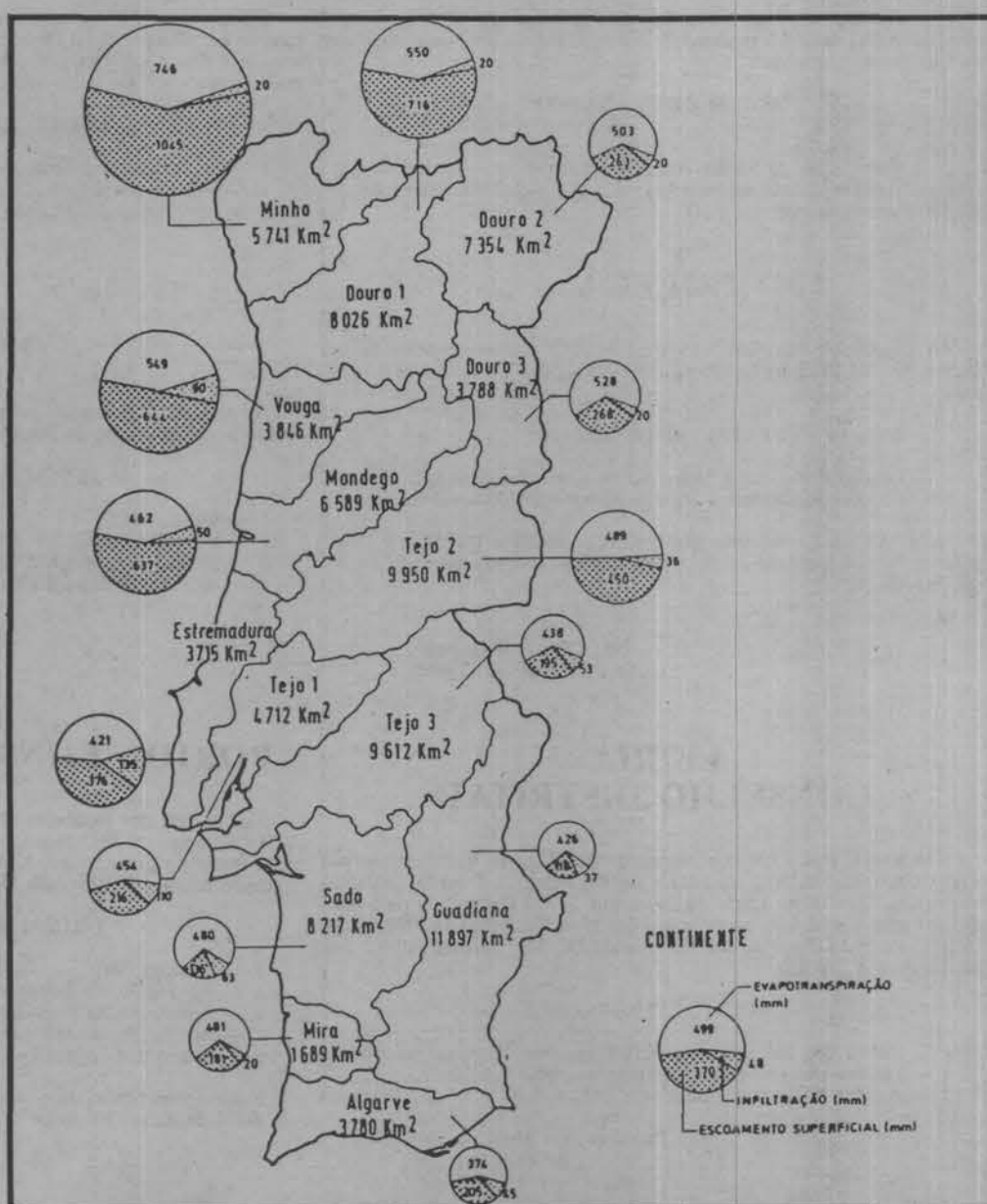
— **Aproveitamento Hidráulico do Vouga**: Tem como objectivo o aproveitamento dos recursos hídricos da bacia do Vouga, com um dispêndio plurianual de cerca de 155 mil contos com 30 mil contos no ano de 1987.

— **Aproveitamento do Vale do Tejo**: O objectivo é a criação de infraestruturas de defesa, rega, drenagem e enxugo de uma área de 44 500 ha, com um investimento global de cerca de 382 mil contos, dos quais serão gastos 50 mil contos em 1987.

— **Plano de Rega do Alentejo**: Aproveitamento hídrico do Guadiana com uma área de rega de 220 000 ha e uma produção de energia eléctrica de 400 a 500 GWh/ano. O investimento importa em 1490 mil contos, dos quais 40 mil são para 1987.

— **Sistema de Gestão Integrada dos Recursos Hídricos Nacionais**: Compreende o desenvolvimento da gestão por bacias hidrográficas e o estudo de problemas complementares, revisão do quadro legal e normativo e apresentação da proposta de Lei das Águas. É um projecto de 1300 contos, dos quais serão gastos 110 mil em 1987.

— **Aproveitamento do Vale do Mondego**: O aproveitamento dos recursos hídricos da região para fins múltiplos,



permite a regularização torrencial e o controle e defesa contra cheias, a rega de 15 000 ha e uma produção de 360 GWh/ano de energia eléctrica e o abastecimento de água às indústrias da região. Com um orçamento de 21 500 mil contos dos quais serão despendidos 1248,8 mil em 1987.

— **Aproveitamento Hidráulico da Cova da Beira**: Aproveitamento integrado dos recursos hídricos da região para fins múltiplos, permite o controle de cheias e a regularização fluvial da Ribeira de Maimoa, do rio Zêzere e afluentes da zona, uma área de rega de 18 000 ha, uma produção de

energia eléctrica de 31,5 GWh/ano e o abastecimento de água às populações (cerca de 70 000 habitantes) e às indústrias dos concelhos do Fundão, Penamacor, Covilhã, Belmonte e Sabugal. Importa em 5040 mil contos, dos quais serão despendidos 480 mil contos em 1987.

— **Estudo de Base da Bacia Hidrográfica do Rio Lima**: Os objectivos incluem a rega, a defesa e enxugo de cerca de 6300 ha, a regularização fluvial e a garantia de origem de água para abastecimento público. O custo global importa em 115 mil contos com 40 mil em 1987.

No quadro anexo n.º 5, poderá ser analisada a distribuição da verba atribuída pelo O. E. no domínio dos recursos hídricos.

Da análise da qualidade dos rios portugueses destaca-se a importância sócio-económica dos mesmos, bem como o cuidado manifestado pelo Estado Português quanto à importância dos rios na melhoria das condições de vida das populações por eles servidas.

• *Resumo da análise da qualidade dos rios portugueses, fluentes e seus agentes poluidores com base no livro «Ambiente/87» da SEARN.*

JSD EM CONGRESSO

Continuação da página 5

tor de integração: o Cultural.

É por ele que passa a tão necessária mudança de mentalidades. Usando dessa «arma» que nos é tão específica — a Participação — podemos dar um contributo significativo.

Fomentando o Debate sobre os grandes temas europeus, acentuando o papel imprescindível do Jovem português, aprofundando as relações do Jovem com outros Organismos Juvenis.

Num país como o nosso, em que o índice de participação política do jovem é superior a 36% e em que se

assiste ao germinar de uma Classe Empresarial Jovem, é sinal que a Juventude protagoniza novas atitudes culturais, que forçosamente alterarão as mentalidades.

Esta afirmação do Jovem no acto de integração, pressupõe um discurso político peculiar, por parte das Organizações Políticas de Juventude. Qual irá ser no futuro o da JSD?

Esta problemática, contudo, faz emergir a mais velha questão da JSD. Pois claro, a da Formação.

Referência, por excelência da nossa Organização, pode dizer-se, que foi uma das alavancas fundamentais da sua afirmação.

Deve dizer-se que ele é

uma das suas traves essenciais. Se esta trave algum dia sossobrar, o resto do edifício pode abalar.

Nos últimos tempos, esta área vital tem sido um embroglio total. Ninguém percebe muito bem do que se trata.

Desde o trabalho notável de Carlos Coelho, quando foi responsável por aquela área, que tudo derivou numa total confusão.

O último ensaio feito nesta matéria, foi demonstrado num trabalho gráfico de boa apresentação, só que não foi além disso.

Não podemos ignorar, que a Formação tem outra vertente: a definição de circuitos internos de relacionamento entre os diversos quadros.

Finalmente, a questão derradeira.

A opção que tem sido feita por uma intervenção mais acentuada junto do Poder Político. Veja-se o que acontece a título de exemplo no Grupo Parlamentar, onde se procuram posicionamentos, ao invés de se procurar dotar a Estrutura Parlamentar Juvenil de uma dinâmica própria.

Penso, contudo, que os militantes da JSD e os seus responsáveis, terão o bom senso de reencontrar uma JSD que aposte mais na sua dimensão Cultural e no valor da sua intervenção social.

FORMAÇÃO:

VILA NOVA DA BARQUINHA

A constatação da existência de uma nítida lacuna política nos militantes desta secção, suscitou nesta comissão política o desejo de levar a efeito uma acção de formação subordinada ao tema: «O Partido Político e a Social Democracia», a realizar no dia 17 de Setembro de 1988, pelas 16 horas, no Restaurante «A Barca», com a presença de monitores qualificados para a abordagem destas questões.

Carlos Encarnação na ONU

Questão de Timor-Leste é incómoda para o concerto das nações

Continuação da 1.ª página

Unidas, a Declaração Universal dos Direitos do Homem e o Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos.

Portugal, por seu turno, deu guarida no seu direito interno aos princípios do direito internacional e reconheceu e reconhece, quer pela lei 7/74, quer pelo disposto na Constituição da República, o direito alienável do povo de Timor à escolha do seu futuro político.

Campos de concentração

Desde Dezembro de 1975 o Mundo inteiro assiste à violação, no território de Timor-Leste, dos mais elementares direitos. Desde Dezembro de 1975 a eficácia da censura política da comunidade internacional é posta à prova.

A Indonésia invadiu Timor, constituiu-se em força ocupante do território, promoveu a sua anexação, mantém ali sediados importantes efectivos militares.

Os testemunhos que todos os anos nos chegam não deixam a mais pequena dúvida de que se tratou e trata de um acto de agressão rejeitado pelo povo timorense que se viu constrangido a responder organizando actividades de resistência armada.

Se a integração de Timor-Leste na Indonésia fosse pacífica e voluntária dela não falaria as centenas de milhares de mortos que várias organizações internacionais certificam ter ensanguentado o território invadido.

Mas a ocupação militar e o subsequente extermínio das populações não foi suficiente para conseguir atingir os objectivos perseguidos pela Indonésia.

Novos processos de aniquilamento da personalidade do povo timorense e de obtenção da sua integração forçada foram postos em marcha.

Primeiro tratou-se de realojar compulsivamente os habitantes de Timor. Transformaram-se ilhas em prisões, povoações em campos de concentração.

Fizeram-se todos os esforços para que os habitantes perdessem a sua referência aos costumes e hábitos de vida e ao território próprio. Obrigaram-se comunidades in-

teiras a deslocar-se para novos locais com a intenção óbvia de quebrar os laços e perder a noção da ligação entre o povo e a terra.

Mas mais do que as migrações e os realojamentos forçados, introduziu-se a prática do planeamento familiar com o objectivo claro de proceder a um controle não querido (e várias vezes denunciado) do crescimento do povo originário de Timor-Leste.

Finalmente, para que nada fosse deixado ao acaso, a Indonésia iniciou o processo de «javanização» do território.

Dezenas de milhares de cidadãos indonésios, milhares de famílias inteiras, foram deslocados para a terra colonizada não apenas para resolver problemas internos do País de origem mas também para promover despidoradamente a descaracterização de Timor e a fixação do ocupante.

Só assim se compreende que autoridades indonésias pronunciem que no ano 2000 a população de Timor atinja o milhão de habitantes.

Violência selectiva

Enquanto todo este processo decorre têm sido continuas e constantes as violações dos mais elementares direitos humanos.

São as limitações ao direito de circulação, mas são também as prisões arbitrárias, os desaparecimentos, as torturas, as execuções sem julgamento que organizações tão insuspeitas e prestigiadas como a Amnistia Internacional vêm denunciando ao longo do tempo.

Em contrapartida, o receio do conhecimento da verdade por parte da opinião pública internacional conduziu ao controle do acesso do território aos contactos com o mundo exterior. Promoveram-se as visitas guiadas sob vigilância das autoridades indonésias e cerceou-se o livre acesso das Organizações Humanitárias Internacionais.

Em suma, o exercício da violência selectiva passou a constituir a normalidade da vida de Timor.

A Indonésia pretende vencer a resistência do povo timorense sem que deste se ouçam

os seus gritos de sofrimento e o seu clamor pela liberdade.

E até agora Senhor Presidente, minhas senhoras e meus senhores, cumprem-se já doze longos anos de sofrimento colectivo, de privação de liberdade, de encenações e de segredos mal guardados.

A má consciência da Indonésia levou-a, em desespero de causa, a tentar oferecer aquilo que pretendia constituir uma legitimação eleitoral da integração de Timor-Leste.

O que fez então?

Forçou o povo timorense a participar no que designou eleições para o Parlamento Indonésio e para as Assembleias provinciais e distritais.

Só que desde as campanhas de intimidação, passando pelas medidas especiais de segurança, pelo reforço de tropas, pela intervenção dos militares nas sessões de preparação do acto eleitoral até à discutível democraticidade do exercício do direito de voto, a um pouco de tudo se assistiu.

Será desnecessário afirmar que se a estas eleições nenhum valor jurídico poderá ser reconhecido, tão pouco qualquer valor de representação democrática lhes será atribuível.

Ideia de heroísmo

Portugal tem repetidamente afirmado que não tem pretensões territoriais sobre Timor.

Aos portugueses não resta qualquer sombra de preconceito colonial.

As nossas preocupações voltam-se para os valores sagrados da Democracia, da protecção dos direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais.

Seguimos nós também um percurso difícil e estamos em posição de compreender com justiça o esforço de outros povos e o significado da sua luta para a consecução do reconhecimento daqueles valores.

Na Constituição da República Portuguesa mantém-se o receito que declara o direito à autodeterminação do povo de Timor-Leste.

Deste povo mantemos uma visão nítida da sua identidade cultural, da sua língua própria, da sua atitude perante a religião.

É para nós óbvio que esta identidade se não confunde com a dos Indonésios.

Não calamos nem podemos calar o nosso protesto perante o seu extermínio.

A manutenção da situação actual conduzirá a que dentro de algum tempo deste povo fique apenas uma ideia de heroísmo.

Mas se assim for, em causa estarão todos os princípios pelos quais a Comunidade Internacional se deve reger.

Será difícil deixar de considerar que uma parte da responsabilidade de tal crime contra a humanidade e contra a consciência universal caberá a cada um dos que nada fizeram para lhe pôr cobro.

O Mundo inteiro ver-se-á retratado em mais uma imagem



Carlos Encarnação — aos portugueses não resta qualquer sombra de preconceito colonial

gritante da incapacidade em pôr termo a uma situação iníqua.

A minha única dúvida, porque ainda acredito na Comunidade Internacional e nas suas instituições, será a de saber até que ponto vamos continuar a tolerar esta ofensa à nossa sensibilidade e à nossa inteligência.

Questão incómoda

Não necessitamos de recordar as resoluções várias que a Assembleia Geral das Nações Unidas tem aprovado sobre Timor-Leste.

No último ano foram muitas as Organizações Internacionais que sobre esta questão emitiram declarações de relevante importância.

Isto significa que a questão de Timor-Leste é cada vez mais incómoda para o concerto das nações e que não pode ser ignorada sob pena de uma negação fundamental dos mais elementares princípios de convivência internacional.

Em 28 de Setembro de 1987, a Assembleia Paritária dos Países de África, Caribás e Pacífico e da CEE, aprovou por unanimidade a seguinte resolução:

A — Considerando que a Assembleia Paritária ACP-CEE se reuniu em Portugal (Lisboa), Estado membro da CEE e da Convenção de Lomé, ao qual são consagradas históricas quanto a Timor-Leste na sua própria Constituição.

B — Considerando a existência de acordos de cooperação entre a CEE e os Estados Membros da ASEAN, dos quais a Indonésia faz parte,

C — Considerando que as diferentes convenções de Lomé se inspiram no princípio universal da autodeterminação e da independência dos povos,

D — Constatando a convergência de pontos de vista das autoridades portuguesas e dos cinco Estados Africanos de expressão oficial portuguesa sobre a questão de Timor-Leste,

1. Condena a ocupação ile-

gal e ilegítima de Timor-Leste pela Indonésia,

2. Reafirma o direito inalienável do povo de Timor-Leste à autodeterminação e à independência,

3. Convida as partes interessadas a resolver a questão de Timor-Leste no quadro e segundo os princípios da Carta das Nações Unidas,

4. Encarrega os seus co-presidentes de transmitir a presente resolução à Comissão e aos Governos dos Estados Signatários da Convenção de Lomé.

Em 17 de Outubro de 1987, a 78.ª Conferência Interparlamentar reunida em Bangkok aprovou por 791 votos a favor, 122 contra e 207 abstenções um projecto de resolução apresentado pela Comissão para os territórios não autónomos e as questões étnicas, que tinha por título: Contribuição para os esforços destinados a implementar a declaração sobre a outorga da independência aos Países e aos Povos coloniais e a eliminar o «apartheid» e todas as formas de racismo.

Nesse documento a questão de Timor-Leste era também referida quer «considerando preocupante a situação prevaiente em Timor oriental», quer na conclusão pela qual «convida todas as partes envolvidas na questão de Timor-oriental a trabalhar em colaboração com o Secretário-Geral das Nações Unidas para encontrar o mais rapidamente possível uma solução no interesse das populações deste território, seguindo os princípios da autodeterminação».

Em 11 de Março do corrente ano, o Parlamento Europeu aprovou uma resolução concernente à posição da Indonésia perante o respeito pelos direitos humanos ou sua violação, na qual se refere designadamente:

«Entretanto tais violações são especialmente sérias no território de Timor-Leste, sujeito desde 1975 a ocupação forçada pelas tropas indonésias, que inibe o povo de Timor-Leste de exercer o seu direito à autodeterminação e de ver os seus direitos fundamentais respeitados, especial-

mente, em muitos casos, o direito à vida.»

Assim, «Incita os Estados Membros da CEE a encetar acções políticas no sentido de encorajar a retirada das forças indonésias de Timor-Leste e a respeitar os direitos humanos do seu povo, incluindo o direito à autodeterminação e a apoiar os esforços do Secretário-Geral da ONU para atingir estes objectivos».

Por último, em 20 de Abril do corrente ano o Comité Político da Comunidade Económica Europeia aprovou a seguinte declaração:

«Os Ministros encararam favoravelmente os contactos entre Portugal e a Indonésia, sob os auspícios do Secretário-Geral da ONU, com vista a encontrar um acordo de princípio global e internacionalmente aceitável que garanta ao povo de Timor-Leste os seus direitos e a sua identidade cultural».

Bastaria a referência a estas resoluções e moções para documentar o interesse renovado que a questão suscita.

Esta matéria está a tornar-se um escândalo continuado que, a manter-se, afecta a credibilidade de quantos lhe dão suporte e permitem a sua verificação.

A hipocrisia tem limites e não é mais justificável o alheamento ou o alegado desconhecimento da situação.

O que está em jogo em Timor-Leste é algo que se liga essencialmente à dignidade dos Estados e à credibilidade das suas afirmações políticas.

Direito Internacional ofendido

7. Estou aqui como cidadão português mas também como parlamentar.

Sou, como na generalidade os parlamentares o são, particularmente sensível ao primado do direito e à garantia da liberdade.

Da conjugação destes princípios terá forçosamente de nascer a solução que o povo timorense deseja, o povo português está disponível para aceitar e o povo indonésio não pode recusar.

O exercício do direito à autodeterminação deverá ser garantida em Timor-Leste através de uma consulta popular cujas condições sejam fiscalizadas pelas Nações Unidas e possa traduzir a vontade autêntica do povo de Timor.

Enquanto esta solução não for encontrada, Timor-Leste continuará sob ocupação, o seu povo manter-se-á e o Direito Internacional permanecerá ofendido.

Na decorrência de tais afirmações, solicitamos ao Senhor Secretário-Geral que prossiga os seus esforços para que, de acordo com o mandato recebido em Assembleia-Geral, a esta intolerável situação seja posto fim.»

**SOCIAL
DEMOCRACIA
PARA
PORTUGAL**

Eleições no Chile a 5 de Outubro

Pinochet prepara mais 8 anos de regime militar

O general Augusto Pinochet, responsável pelos destinos do Chile desde 1973, altura em que depôs pela força o então presidente Allende, foi proposto pelas chefias militares do país para um novo mandato de oito anos.

A indicação de Pinochet como candidato não constitui surpresa para ninguém mas provoca a maior onda de protestos desde há quatro anos no Chile.

O referendo será realizado no dia 5 de Outubro e foi o próprio general que, numa cerimónia transmitida em directo pela televisão, fez o anúncio da sua candidatura da varanda do palácio presidencial da La Moneda, perante milhares de apoiantes.

Augusto Pinochet parece

apostado em legitimar-se como figura de uma futura democracia. O plebiscito de 5 de Outubro destina-se apenas a que o eleitorado do Chile responda sim ou não à continuidade do actual regime. Caso a resposta seja negativa à continuidade de Pinochet no Poder serão então realizadas eleições presidenciais, no próximo ano, abertas a todos os partidos políticos com excepção dos comunistas.

Entretanto, caso prevaleça a opinião favorável à sua continuidade, o general já afirmou que permanecerá à frente dos destinos do Chile por mais oito anos, naquilo que considerou ser o «consolidar e restaurar», de uma democracia estável e uma luta contra a infiltração marxista no país.

Nesta tentativa de legiti-

ção democrática se explica, também, a recente medida anunciada por Pinochet que vai permitir o regresso ao país de 364 exilados políticos, entre os quais 177 proibidos oficialmente, e ainda antigos membros do Governo de Allende.

Quanto à oposição, a sua reacção não se fez esperar e as manifestações de «caçarola» têm alastrado a todo o país, numa reacção que começou logo após o anúncio da candidatura de Pinochet. O barulho de tachos e panelas soou com sinal de protesto e os confrontos policiais sucederam-se. Só nesse dia mais de mil manifestantes foram presos pela polícia.

Apesar de tudo, as forças da oposição continuam a apelar ao voto não no plebiscito de 5 de Outubro. Segundo advo-

gam, não é só a continuidade de Pinochet que está em causa mas também a continuidade de uma ditadura militar, opressora e sangrenta.

De acordo com muitos observadores, a tendência de voto maioritário é para a não continuação de Pinochet mas o espectro da fraude não está afastado de todo o processo, pelo menos para os opositores ao regime.

Caso Augusto Pinochet veja a sua eleição confirmada, facto que se espera, governará até 1997 no Chile. Na altura, com 81 anos de idade, será o terceiro Chefe de Estado mais duradouro da América Latina, depois de Alfredo Stroessner, do Paraguai, e Fidel Castro, em Cuba.

BREVES

ROMÉNIA — O presidente romeno Nicolae Ceaușescu manteve a intenção de destruir oito mil aldeias que serão substituídas por complexos agro-industriais, após um encontro que manteve com autoridades húngaras. As aldeias são fundamentalmente habitadas pela minoria húngara que vive na Roménia.

NICARÁGUA — O governo de Manágua anunciou o prorrogar do cessar-fogo que decretou unilateralmente em relação ao conflito com os rebeldes «Contras». É a terceira vez que as autoridades sandinistas tomam esta decisão.

ESTADOS UNIDOS — O Departamento de Justiça norte-americano declarou publicamente que não vai recorrer da decisão do Supremo Tribunal que recusou o direito à Administração Reagan de encerrar a delegação da OLP nas Nações Unidas, em Nova Iorque.

AVIAÇÃO — A semana passada marcou mais um dia trágico para a aviação comercial. Em Hong-Kong, a aterragem falhada de um Trident que acabou por cair na água provocou a morte de onze pessoas. No México, a queda de um aparelho de uma linha doméstica devido a más condições atmosféricas provocou a morte dos seus 19 ocupantes. Em Dallas, um acidente que envolveu um Boeing 727, que se despenhou pouco depois de descolar, provocou a morte a 13 dos passageiros. O avião incendiou-se após a queda.

Um país devastado por duas guerras

Angola: novos lances para a Paz

ANGOLA continua devastada por um conflito interno que nem mesmo uma solução de paz para a África Austral poderá resolver, pelo menos para já. O descontentamento da população era já grande e mesmo todo o optimismo que tem rodeado as conversações de Brazaville não alterou, significativamente, este sentimento. No entanto, ao confirmar-se a existência de contactos directos entre Cuba e a Unita, muitos vêm esperança renascer.

Ao ser confirmada a existência de contactos directos entre representantes de Havana e do movimento de Jonas Savimbi, tal facto poderá significar que se procuram, também, soluções à margem das conversações quadripartidas que tem decorrido em Brazaville. Estado Unidos, Angola, Cuba e África do Sul têm mostrado um relativo optimismo na resolução de um conflito com repercussões em toda a África Austral, mas, para os angolanos, o conflito interno que devasta o país de ter uma procura de soluções e outro nível, sob risco de se continuar a arrastar independentemente de todo o resto do processo.

Significa, para já, foi a retirada das tropas sul-africanas, concluída dois dias antes do prazo acordado. Impasse continua a ser o problema da retirada dos cubanos e já não só no que respeita à sua calendarização. A dúvida existe entre a formalidade dessa retirada em termos de acordo e o alcance real no terreno do que ficar acordado. É que se a articulação entre cubanos e sul-africanos, neste sentido, deixou de existir, a Unita continua em Angola.

No entanto, estes passos acabam por constituir os grandes lances num conflito que envolve múltiplos interesse. Para Pretória chama-se Namíbia e a sua articulação com o movimento de SWAPO, por um lado, e a tentativa de tra-

var qualquer implantação comunista junto às suas fronteiras. Para Havana, as razões são demasiado óbvias e, a nível político, Fidel de Castro encontrou um escape ideal para as «purgas» no aparelho militar e de Estado. Existe, ainda, um terceiro factor que assume um peso muito importante na esfera de relações entre Cuba e a União Soviética. Moscovo não pode prescindir de território cubano na sua estratégia militar à escala mundial, embora tivesse motivos para poder forçar a imposição de pressões aos cubanos, pelo que redundante fracasso em Angola. Só que Havana dispõe, agora, de moeda de troca. O recente reforço militar dos seus contingentes nas operações desenvolvida em Cuito Cannavale permitiu a Fidel de Castro o argumento para tentar impôr a sua própria solução. Mesmo que os sulafricanos abandonam o território sul de Angola a Unita permanecerá no terreno. Se os cubanos retardarem a sua saída a oportunidade será ideal para esmagar o movimento de Jonas Savimbi e isto partindo do princípio que cessará toda a ajuda externa à Unita, facto que Moscovo terá de impôr, negocialmente, em Brazaville. Apesar de todas as conjecturas possíveis, um facto é dado como certo — Cuba não quer abandonar Angola tão cedo.

Neste quadro, Moscovo joga uma posição cautelosa. É facto assente que a União Soviética pretende cessar o seu envolvimento, pelo menos a nível directo, nos conflitos regionais, mas nunca prescindirá de os seus interesses em África, algo que já ficou bem preso desde os acontecimentos que envolveram Portugal no ano de 1975.

A todo este panorama vem juntar-se, embora de forma indirecta, o envolvimento norte-americano no conflito. Para a Administração Reagan o apoio dado à Unita não é diferente do fornecido, por exemplo,

aos rebeldes «Contras», na Nicarágua, e enquadra-se dentro de uma estratégia de correlação de forças, influências e ideologias à escala mundial. Por outro lado, a tentativa de procurar, atempadamente, uma solução de paz, representa muito mais o «acabar em beleza» do mandato de Ronald Reagan.

Por fim resta Angola a quem coube, aparentemente, fornecer o terreno para as operações. É certo que para Luanda a presença cubana é necessária para tentar travar a Unita, e não tanto por esta ser apoiada por forças externas, mas porque põe em causa a continuidade do regime do presidente José Eduardo dos Santos. Agora se a presença cubana é, assim, tão desejada como necessária, aqui o caso já muda de figura.

Acima de tudo, todo o conflito se desenha com base numa luta interna de angolanos, em que ambas as facções se sentem com o direito legítimo de vencerem, luta que já existia antes, existe actualmente e vai continuar a existir mesmo depois de Brazaville.

Para Angola a máquina da guerra tem duas rodas, uma que lava de fora para dentro e outra que devasta o seu próprio território, numa luta que, desde sempre e inexplicavelmente, nunca ninguém quis apelar de fraticida. É, sem dúvida, importante resolver um conflito que envolve tantas partes, mas a grande incógnita subsiste naquele que diz respeito só ao próprio país. É aqui que os angolanos, o povo de Angola, contrasta com todo o optimismo que tem rodeado as conversações quadripartidas de Brazaville. Porque são os que mais sofrem com uma guerra que mais anseiam o seu fim, o qual, neste caso, não acreditam que possa acontecer tão cedo.

É nesta perspectiva que a possível existência de contactos directos entre Cuba e o movimento de Jonas Savimbi poderá trazer novos passos,

significativos, para a paz em Angola, tanto mais que representa uma atitude sem precedentes que, desde sempre, foi rejeitada. A paz parece, assim, querer funcionar, também, à margem das reuniões de Brazaville, talvez por que se tenha chegado à conclusão de que se tratam questões diferentes. Recorde-se que o Governo de Luanda sempre rejeitou qualquer possibilidade de entendimento com a Unita, mas este facto poderá agora significar uma certa abertura neste campo.

Os contactos entre cubanos e os rebeldes angolanos terão ocorrido há cerca de duas semanas, em Abidjan, capital da Costa do Marfim, altura em que foram libertados dois pilotos cubanos capturados pela Unita em Outubro passado que, surpreendentemente, não exigiu nenhuma condição prévia para a sua libertação. Os contactos teriam sido numa condição prévia para a sua libertação. Os contactos teriam sido da responsabilidade de Oscar Oramas, embaixador cubano nas Nações Unidas, e, embora se desconheça o teor as conversações, o facto vale já por si só. Aliás, neste contexto não deixam de ter também significado todos os contactos mantidos por Chester Croker, o responsável da missão norte-americana, com a Unita em paralelo com as pressões que existam para que Luanda aceite um Governo de reconhecimento entre o MPLA e Unita.

No entanto, a guerra continua a devastar Angola e mais que tudo a sua população. As ofensivas militares sucedem-se, as deserções de ambos os lados também e as prisões políticas continuam a existir. E foi sobretudo para estes que o facto de cubanos e a Unita se poderem vir a entender, por muito pouco peso que tal facto possa vir a ter, assumiu um significado muito especial, a de mais um progresso para a tão desejada paz.

Monumento a Sá Carneiro na cidade do Porto

HOMENAGEM AO HOMEM
AO COMPANHEIRO,
AO LÍDER
AO POLÍTICO
E AO ESTADISTA
NA SUA TERRA NATAL

COLABORE • PARTICIPE
CONTRIBUA

COMISSÃO PRÓ-MONUMENTO
A FRANCISCO SÁ CARNEIRO

RUA GUERRA JUNQUEIRO, 64
APARTADO 4920 • 4016 PORTO CODEX
TELEFS. 62166-62167 • TELEX 25405

TABELA DE ASSINATURAS

Pagamento adiantado

CONTINENTE

6 MESES (26 números)	700\$00
12 MESES (52 números)	1250\$00
APOIO (52 números)	2000\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS

6 MESES (26 números)	800\$00
12 MESES (52 números)	1550\$00
APOIO (52 números)	2000\$00

ESTRANGEIRO

	SEMESTRAL	ANUAL
EUROPA, ANGOLA, MOÇAMBIQUE, GUINÉ, CABO VERDE, S. TOMÉ, MACAU	1400\$00	2570\$00
OUTROS PAÍSES	1900\$00	3500\$00

Em três meses

Governo autorizou 45 sociedades financeiras

O Governo autorizou desde o início de Junho a constituição de 45 sociedades, oito das quais nos últimos dias.

A actual situação económico-financeira de Portugal inspira, como se verifica, confiança e optimismo, quer aos empresários nacionais, quer aos estrangeiros. Exemplos comprovativos deste facto podem ser os muitos pedidos de autorização, para a constituição de novas sociedades do sector financeiro não monetário, que têm chegado recentemente ao Ministério de Miguel Cadilhe.

Entre as sociedades financeiras agora aprovadas pelo Governo são de referir a Simarc e a Falcão Imobiliária — duas sociedades de gestão e de investimento imobiliário com o capital social de, respectivamente, 780 mil e 600 mil contos.

Por outro lado, no pacote aprovado figuravam também a Rinova — Sociedade de Capital de Risco e Inovação (com o capital de 400 mil contos) e a Multifundo — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões. A acrescentar a estas sociedades referem-se ainda os novos fundos de investimento: Fundo de Investimento Imobiliário Unicash e Fundo Imobiliário Urbifundo, além de mais dois fundos de investimento fechados — Invest Valorização e Invest Rendimento que serão administrados pela Investil.

Para além das sociedades já enumeradas, tinha sido autorizadas, no início de Agosto duas outras instituições financeiras criadas pela CISF — a CISF — Equipamentos e a CISF — Imóveis, duas sociedades de locação financeira,

respectivamente mobiliária e imobiliária, que terão 400 mil e 800 mil contos de capital social.

Com as dez instituições autorizadas pelo Governo em Agosto, a soma dos valores do capital social de todas as sociedades financeiras criadas nos últimos três meses eleva-se agora a cerca de 25 milhões de contos.

Produção industrial subiu 7 por cento

A produção industrial registou, no primeiro trimestre deste ano, um aumento de 7,07 por cento relativamente a igual período do ano passado. A média dos três primeiros meses deste ano, relativa à produção industrial, é também 4 por cento mais elevada do que a registada no trimestre precedente.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística, a produção industrial por tipo de bens evidenciou aumentos de 9,27 por cento para os bens de consumo, 5,71 por cento para os bens intermédios e 11,49 por cento para os bens de investimento.

Nos seus dados sobre o Índice de Produção Industrial, o INE revela abrandamento, comparativamente a períodos mais próximos, em virtude da

pressão da procura ligada ao investimento.

O peso do investimento na procura global é igualmente visível na evolução sentida de Fevereiro para Março, que representou um aumento de sete por cento para aquele tipo de bens, enquanto os bens intermédios tiveram um acréscimo de 5 por cento contra 0,9 por cento dos bens de consumo.

As indústrias transformadoras foram as que demonstraram mais dinamismo no primeiro trimestre de 1988, com variações de 7,29 por cento em relação aos primeiros três meses de 1987.

Entretanto, no período em análise, a produção de gás e electricidade registou um aumento de 6,22 por cento enquanto o acréscimo na indústria extractiva se ficou pelos 0,98 por cento.

Pescas recebem 5 milhões

O Governo pensa investir, ainda no decorrer deste ano, mais cinco milhões de contos no sector das pescas, revelou o secretário de Estado, Jorge Godinho.

O titular da Secretaria de Estado das Pescas, falando na última quarta-feira, em Vila do Conde, disse que metade daquele valor será gasto na renovação da frota pesqueira na-

cional, em projectos co-financiados pela Comunidade Europeia.

Na mesma ocasião, Jorge Godinho referiu que «a nossa frota foi durante muito tempo desacautelada», pelo que «urge agora incrementar este sector, uma vez que os nossos pescadores podem beneficiar de ajudas comunitárias».

J. VILELA DE ARAÚJO

MAS que maçada... agora e em Agosto, falar de sindicalismo. Pois é, caro leitor, tenha paciência e faça o favor de ler...! Eu sei que está em férias de direito e no caso de não estar de direito quase está defacto... É Agosto e está tudo dito! Pois é, mas leia porque prometo, vai ser de fácil de ler e mais fácil de entender. Bem e já que se decidiu a ler, vamos a coisas sérias.

O povo português no seu conjunto e bem vistas as coisas, só tem duas Instituições de expressão eleitoral cuja existência são a defesa dos seus direitos: O Governo e os Sindicatos. Eu explico: ao Governo compete, na sua acção global, zelar pelo bem comum de todos os portugueses; aos sindicatos incumbe, a defesa dos interesses dos seus filiados, quantas vezes, porque sectores minoritários, não são tidos «em boa conta» pelos governos. Os sindicatos seriam assim a garantia de defesa dos interesses de quem trabalha. E isto não devia ser retórica. Francamente sou dos que pensam que deveria caber aos sindicatos um papel determinante no equilíbrio de interesses numa sociedade ainda não completamente restabelecida dos safanões de 1975... Sem sindicatos capazes corre-se o risco de termos um 1975 e sinal contrário... Bem Sei, bem sei que temos Governo e principalmente Primeiro-Ministro...

Mas é por aqui que começam as minhas preocupações. Vamos então a elas. Temos em Portugal duas Centrais Sindicais, uma já existente aquando da Revolução de Abril — a CGTP e outra criada depois do 25 de Abril — a UGT.

Porque se criou então a segunda?

Porque a Intersindical — a CGTP — criada em Outubro de 1970, prosseguia o caminho

Salários em atraso reduzidos para metade

Os salários em atraso diminuíram 25,6 por cento, em Portugal, durante os primeiros seis meses deste ano, revela um documento oficial do Ministério do Emprego e Segurança Social, baseado em dados recolhidos pela Inspeção Geral do Trabalho (IGT).

O documento salienta ainda que já em 1986, entre o primeiro e o quarto trimestre, se verificou uma diminuição de 25,9 por cento. Igualmente em 1987, entre aqueles dois períodos, os vencimentos em atraso foram substancialmente reduzidos em 24,7 por cento.

Segundo o Ministério do Emprego, os salários em atraso totalizavam no final do segundo trimestre deste ano cerca de 2,4 mi-

lhões de contos, enquanto há dois anos atrás ascendiam a mais de cinco milhões de contos.

Durante o segundo trimestre deste ano, a IGT visitou 151 empresas com salários em atraso, o que corresponde a um total de 17 977 trabalhadores.

Entretanto, e segundo o estudo da IGT, no primeiro trimestre de 1988, quando as remunerações mensais em atraso se situavam em 2 637 334 contos, 18,7 por cento daquele valor correspondia a remunerações mensais, 73,1 por cento a prestações sociais, 5,9 por cento a subsídios de férias e de Natal, 2,1 por cento a diferenças salariais e retroactivos e 0,2 por cento diziam respeito a férias.

Sindicalismo em Portugal

que hoje continua a prosseguir e — representa interesses de «classes» e não interesses de indivíduos, interesses definidos por uma «vanguarda esclarecida», em síntese, correio de transmissão do respectivo partido comunista de cada país. É assim em toda a Europa livre, por diferentes que sejam as roupagens a que vamos assistindo no fim deste século.

Em Portugal não poderia ser diferente... Grupos activos tomaram conta dos aparelhos sindicais e na altura, em Assembleia Geral, que faziam durar até altas horas da madrugada, iludindo as mais elementares normas democráticas, impunham as suas propostas e moções, os seus dirigentes e ratificavam os seus Estatutos. Que são os de hoje! foi por causa disto que nasceu a UGT.

Foi para assegurar, em tranquilidade e em respeito, a representatividade dos trabalhadores que se criou a UGT.

Foi para terminar com o monstro sagrado e antidemocrático que foi a unicidade sindical, que foi criada a UGT. Foi, em suma, para combater a CGTP que foi criada a UGT, e só foi criada, depois de se ter chegado à conclusão de que não era possível democratizar a Intersindical, e só foi criada, a UGT, depois de um grande conjunto de sindicatos democráticos ter escrito uma Carta Aberta ao Secretário da Inter, aquando do seu 2.º congresso, onde se pedia apenas a democratização e participação no antes, no durante e no depois do citado Congresso.

O «não» da Inter deu o «sim» à UGT.

Concluindo, simples, fácil e indelmente, a UGT existe porque existe uma CGTP antidemocrática. Só por isso e só por isso.

Mas então o que vemos hoje? A Inter, não mudou, não muda e não mudará... Os seus objectivos são sempre e sempre serão os do Partido Comunista.

Mas e a UGT? A UGT, pobre UGT.

Criadas pelas razões conhecidas tinha, forçosamente, na militância socialista e social-democrata a sua origem e o seu futuro. E radiante futuro... Todavia, tem vindo, cada dia que passa, a dar sinais cada vez mais evidentes de falência sindical.

O sindicalismo, como qualquer outra instituição, não se compadece nos nossos dias com falta de organização e os socialistas são avessos, por natureza, a tudo quando cheira a disciplina, organização, método, etc. qualquer estrutura assente num organismo vivo e actuante é intolerável para os socialistas... eles o que querem é «pessoas conjunturais e efémeras». Goste-se ou não, os TSD vinham cimentando uma organização disciplinada onde, se não era muito grande a força sindical, era mais que suficiente a força organizativa e a disciplina de grupo. A curto prazo os resultados seriam de espanto para alguns, de satisfação para muitos e de bem para os trabalhadores, a curto prazo dizia, e através da UGT, os TSD iriam mostrar a sua força e a sua capacidade. Se nem todos se aperceberam, houve um, que tudo isto viu e temeu: Torres Couto.

Com os dirigentes dos TSD, eleitos no Congresso de Braga

em Fevereiro de 1988, a UGT não seria mais o que tem sido nos últimos tempos e que vai continuar a ser.

Desde a dinamização sindical Tesouraria, correndo todos os pelouros, a Central não seria mais a mesma! Na Central só há lugar para dirigentes ou agentes sindicais «moles» e de passagem.

Os eternos serão sempre socialistas...

Para isto serviu como causa próxima a legislação laboral e como facto político a farsa do Congresso Extraordinário. A UGT deixou de ser uma autêntica Central Sindical Democrática. A UGT traiu a razão da sua existência. Factos? Eilhos: «A CGTP e a UGT chegaram a acordo sobre critérios de participação sindicais em todos os órgãos institucionais — nacionais e estrangeiros onde tenham ou venham a ter assento». (O Jornal pág. 13 — 5.8.88).

A partir de agora a representação político-sindical dos trabalhadores portugueses torna-se indiferente e tanto pode ser feita por dirigentes duma ou doutra Central ou ainda, simultaneamente pelas duas! Ambas representam o mesmo! Ao ser assim extingue-se, esgotou-se a razão de ser da UGT... Triste sinal dos tempos e tudo isto só porque o PS e PCP estão ambos na Oposição e arredados do poder. Oposição a quanto obriga, até negar a razão e a obrigação do ser! É necessário, é urgente. criar-se uma Central Sindical, acabando com a farsa reinante.

Crie-se a segunda, porque da primeira UGT/CGTP resta só a incoerência e falência sindicais.

Povo Livre

Sai às quartas-feiras
PROPRIEDADE
PSD — Partido Social Democrata

Director: DUARTE LIMA
Redacção e Serviços Administrativos (Assinaturas)
Rua de São Caetano à Lapa, 9 • 1296 LISBOA CODEX
Telef. 60 21 40

*Depósito legal n.º 1970/83

Composição e Impressão:
Mirandela & C.ª (Irmão), Lda.
Tv. Condessa do Rio, 7-9 — 1200 LISBOA

Distribuição:
VASP - Soc. Transporte de Distribuições, Lda.
R. Joaquim António de Aguiar, 43-1.º Esq.
1000 LISBOA

**SOCIAL
DEMOCRACIA
PARA PORTUGAL**

Apoio a proposta portuguesa

França «vê com bons olhos» miniplano Marshall para Angola

«A melhor maneira de garantir a paz na África Austral é conseguir o desenvolvimento», afirmou na passada sexta-feira, em Lisboa, o ministro português dos Negócios Estrangeiros, João de Deus Pinheiro, em Conferência de Imprensa, após uma reunião com o seu homólogo francês, Roland Dumas.

Dumas disse ver «com muito bons olhos» a proposta portuguesa no sentido da implementação de um miniplano Marshall para o desenvolvimento de Angola e acrescentou que essa proposta «merece, sem dúvida, um exame aprofundado», tendo manifestado disponibilidade de princípio do Governo francês para

participar no plano.

Deus Pinheiro reafirmou que Portugal está disposto a liderar «um sindicato de países» disponíveis para participar num plano tendo em vista a reconstrução e desenvolvimento de Angola e salientou que a proposta é extensiva aos países membros da CEE, EUA, Japão, e, eventualmente à URSS. Dumas e Deus Pinheiro conversaram também sobre a possibilidade de participação de tropas portuguesas e francesas numa eventual missão de paz que venha a ser colocada na África Austral, tendo o ministro português salientado que Portugal «está aberto, como sempre tem estado, a colaborar com as Nações Unidas em tudo aquilo

que corresponder a processos de paz. Comunidade Europeia

e Timor-Leste foram outros temas abordados na reunião.



Deus Pinheiro com o seu homólogo francês Roland Dumas

Leonor Beleza considera necessário moralizar estabelecimentos hospitalares

A ministra da Saúde, Leonor Beleza, defendeu, no decorrer da cerimónia de posse dos novos directores de 26 hospitais, a necessidade de «garantir a disciplina, debelar os abusos, combater a negligência e moralizar os estabelecimentos hospitalares».

A ministra salientou, por outro lado, ser necessário humanizar os hospitais, tornando-os sempre renovados, «com combate sistemático e persistente aos desperdícios». Disse, a propósito, que nos últimos



Leonor Beleza — Urge humanizar os hospitais

Continua a descer

Desemprego diminuiu quase 3% em Junho

O desemprego registado diminuiu 2,8 por cento no passado mês de Junho, quando comparado com o mês anterior, revelam dados fornecidos pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), do Ministério do Emprego.

Segundo aquele organismo, o desemprego registado em Junho último atingia 287 041 trabalhadores, um número que é também inferior em 0,9 por cento aos dados do mês de Junho do ano passado.

Como é do domínio público, Portugal tem a segunda melhor taxa de desemprego na Comunidade Europeia (quer dizer, a segunda mais baixa, que se situa em cerca de 6 por cento). No entanto, convém ainda esclarecer que os números relativos ao desemprego registado, estudados pelo IEFP, dizem respeito ao número de

inscrições de desempregados nos Centros de Emprego, do Ministério do Emprego e Segurança Social, que não têm relação directa com os índices de desemprego no nosso País, encontrados através de outra metodologia pelo Instituto Nacional de Estatística.

Entretanto, e voltando ainda aos números divulgados pelo IEFP, dos 297 041 desempregados em Junho último, 187 862 eram mulheres, representando 63,2 por cento do total e 109 179 eram homens, ou seja, 36,8 por cento.

Segundo o IEFP, a oferta de emprego em carteira, que tem vindo, gradualmente, a atingir níveis mais elevados, fixou-se no sexto mês deste ano em 10 468, valor que representa um aumento de 24 por cento em relação ao mês de Junho de 1987.

Por outro lado, os movi-

mentos mensais ao longo do primeiro semestre deste ano evidenciam, comparativamente a igual período do ano anterior, um crescimento bastante acentuado das ofertas (mais 44,4 por cento) e das colocações realizadas (mais 61,6 por cento) e uma diminuição do fluxo de desempregados (menos 7,9 por cento).

O Instituto do Emprego e Formação Profissional salienta ainda que o mês de Junho apresentou uma baixa de ofertas e de colocações em relação ao mês anterior, mantendo, entretanto, níveis de colocações favoráveis comparativamente ao período homólogo de 1987.

Segundo o IEFP, os pedidos de desempregados apresentam, todavia, valor superior ao do período homólogo, tal como já se verificou durante o pretérito mês de Maio.

tempos foram confiados a hospitais equipamentos no valor de mais de 300 mil contos, com a garantia de que serão «imediatamente postos a funcionar» e acentuou que o Governo não tolerará mais práticas de insensatez de previsão e de desperdício imoral».

Gaia

No dia anterior, em Gaia, Leonor Beleza anunciou a próxima construção de um novo centro hospitalar local, no valor de dois milhões e meio de contos, o qual deverá entrar em funcionamento dentro de dois anos. O Governo pretende, segundo a ministra, concentrar meios fora da zona urbana mais intensa, nomeadamente Porto e Lisboa.

A ministra da Saúde esteve durante dois dias no Norte do País, onde efectuou, acompanhada pelos secretários de Estado Adjunto e da Administração da Saúde, visitas de trabalho a diversas unidades hospitalares e das Misericórdias.

Leonor Beleza esteve, designadamente, nas instalações da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde, no Instituto de Clínica Geral, na Escola de Enfermagem Ana Guedes e nas novas instalações do Centro de Recuperação de Toxicómanos do Porto.

Noruega

A ministra Leonor Beleza regressa hoje da Noruega, onde se encontra desde o passado dia 4, a convite da sua homóloga, Tove Gerharsen, que esteve em Portugal em Março do ano passado.

Beleza e Gerharsen analisaram as possibilidades de desenvolvimento da cooperação bilateral no domínio da Saúde e passaram em revista as questões mais prementes, no sector, a nível mundial.

França e México na agenda de Eurico de Melo

O Vice-Primeiro-Ministro e ministro da Defesa, Eurico de Melo, vai deslocar-se ainda este mês a França e ao México. Nos próximos dias 10 e 11 estará em França, para participar na reunião do Grupo Europeu Independente de Programas.

Virá ainda a Lisboa, antes de partir para o México, onde permanecerá até ao dia 17.

Correia de Jesus critica Oposição

Existe em Portugal um consenso nacional em termos da política traçada pelo Governo para as comunidades, afirmou na cidade da Guarda o secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Correia de Jesus.

Correia de Jesus efectuou uma visita de trabalho de oito dias ao distrito da Guarda, tendo então afirmado que o ensino e a divulgação da língua e cultura portuguesas são os únicos aspectos que poderão merecer alguma preocupação na área por que é responsável.

Quanto a críticas e propostas da oposição, Correia de Jesus considerou algumas dessas propostas irrealistas e lamentou que as iniciativas em causa não tenham sido tomadas quando alguns desses partidos detinham responsabilidades no Governo, para então se aquilatar do fracasso a que estariam votadas.

Boas instalações para freguesias

Nunes Liberato, secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território, revelou que desde finais de 1985 foram já dadas instalações condignas a mais de 570 das quatro mil freguesias portuguesas.

Ao falar na abertura da Feira Agrícola, Comercial e Industrial do Fundão, Nunes Liberato adiantou que o financiamento das sedes de juntas de freguesia corresponde quase totalmente ao equilíbrio de forças políticas em termos partidários.

Durão Barroso em Oslo Portugal disponível para ajudar refugiados



Durão Barroso — Refugiados na África Austral preocupam o Governo português

Durão Barroso, secretário de Estado da Cooperação e dos Negócios Estrangeiros, salientou, em Oslo, a necessidade de se encontrarem soluções para o problema dos refugiados na África Austral, tendo sublinhado a gravidade da situação em Angola e Moçambique.

Ao falar, na capital norueguesa, na Conferência Internacional sobre os Refugiados da África Austral, convocada pela OUA, com o apoio da ONU, Durão Barroso reiterou a disponibilidade de Portugal para contribuir para a solução do problema global da África Austral e, em particular, dos refugiados.

Na África Austral há, segundo as Nações Unidas, seis

Participaram na Conferência 500 representantes de 81 países.

milhões de pessoas deslocadas ou refugiadas carentes de ajuda de emergência no valor de cerca de 600 milhões de dólares.

Durante a sua estada em Oslo, Durão Barroso avisou-se com o vice-ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Anatoly Adamishin, com o qual debateu a situação na África Austral e também com os ministros dos Negócios Estrangeiros de Moçambique e de São Tomé e Príncipe, respectivamente Pascoal Mocumbi e Carlos Graça, e ainda com o secretário-geral da SWAPO.